

vivências

fe. mi. ni. nas

EDIÇÃO ESPECIAL • MÊS DAS MULHERES

Paraíba • Março 2025





GOVERNO DA PARAÍBA

João Azevêdo Lins Filho | Governador
Lucas Ribeiro | Vice-governador
Nonato Bandeira | Secretário de Comunicação Institucional



EMPRESA
PARAIBANA DE
COMUNICAÇÃO

Naná Garcez de Castro Dória | Diretora-Presidente
William Costa | Diretor de Mídia Impressa
Rui Leitão | Diretor de Rádio e TV
Amanda Lacerda | Diretora Administrativa, Financeira e de Pessoas



EDITORA
A UNIÃO

Alexandre Macedo | Gerente Executivo
Clara de Freitas | Revisão
Milena Monteiro | Normalização
João Pedro Prado | Redação
Marcio Acioli | Projeto Gráfico / Capa



Gráfica
A UNIÃO

Nilton Tavares | Gerente Executivo de Produção Gráfica
Marcio Oza | Gerente Operacional de Artes Gráficas
Antônio Gonçalves de Sá (Tônio) | Gerente Operacional de Artes Visuais
Gráfica A União | Impressão

Textos

Marcella Alencar - Maria Beatriz Oliveira - Priscila Perez - Emerson da Cunha

Ilustrações

Matheus da Fonseca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V857

Vivências femininas / Organizado por Alexandre Macedo de Albuquerque ; textos de Marcella Alencar, Maria Beatriz Oliveira, Priscila Perez e Emerson da Cunha. – João Pessoa : Editora A União, 2025.

68 p. : il. color.

1. Mulher e sociedade. 2. Histórias de luta. I. Albuquerque, Alexandre Macedo de. II. Alencar, Marcella. III. Oliveira, Maria Beatriz. IV. Perez, Priscila. V. Cunha, Emerson da.

EPC

CDU: 396-055.2

Bibliotecária Milena Ferreira Monteiro – CRB 15/890



Novas vozes e outras experiências

Nesta segunda edição de Vivências Femininas, mantivemos o propósito de trazer relatos de mulheres de diferentes faixas etárias, com profissões variadas, cada uma em seu momento de vida relevante, com superações e conquistas. A multiplicidade de relatos revela como o espaço feminino tornou-se cada vez mais amplo, embora o processo de ascensão social seja lento e ainda esteja longe da igualdade entre as pessoas de sexos diferentes.

Um exemplo real é que, apesar de legislações estabelecerem que partidos políticos devem dar espaço e condições para que as mulheres participem dos pleitos eleitorais com os mesmos direitos e oportunidades dos candidatos homens, essas normas não são cumpridas por vários partidos. Assim, nas casas legislativas, a presença feminina é muito inferior ao quantitativo de mulheres na composição da população brasileira.

O direito ao voto e a ser votada; o acesso à educação, inclusive à universidade; o ingresso no mercado de trabalho; a ascensão em cargos de direção de instituições públicas e de empresas privadas são avanços que a mulher brasileira obteve como consequência da luta anterior de muitas outras, principalmente, a partir do século 20.

As histórias mostram que os caminhos são múltiplos, mas para destacarem-se o esforço das mulheres é maior e bem diverso. Neste mês das mulheres, é necessário realçar a relevância e a contribuição femininas na evolução da sociedade. Daí a importância de realçarmos, nesta publicação, as experiências de cada uma das 17 entrevistadas. É que, ao se tornarem pessoas de destaque para além do grupo social que integram, elas podem servir de estímulo e exemplo para aquelas que têm sonhos ou almejam uma carreira profissional de sucesso ou ainda buscam a estabilidade financeira, por exemplo.

É claro que estamos defendendo uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as mulheres possam sonhar, amar, trabalhar, estudar, viver sem medo, sem discriminação por sexo, por cor ou por classe social.

Nas próximas páginas, relatamos as vivências daquelas que superaram as adversidades, de modo que suas experiências podem ajudar outras mulheres a manterem a esperança e acreditarem na concretização de seus sonhos.

Naná Garcez

Diretora-Presidente da Empresa Paraibana de Comunicação

S U M Á R I O

CAMINHO PELA JUSTIÇA

Herminegilda Leite Machado	6
Agamenilde Dias	10
Anna Carla Lopes	15

MULHERES NA POLÍTICA

Ivanilda Matias Gentle	18
Jô Oliveira	22
Jailma Carvalho	27
Elizabeth Teixeira	31

CONSTRUIR AS BASES PARA UM ESTADO FORTE

Simone Guimarães	34
Giucélia Figueiredo	38
Emília Correia de Lima	40
Virgiane da Silva Melo	44

EDUCAÇÃO COMO PROPÓSITO

Célia Regina Diniz	48
Mary Roberta Marinho	52

A ARTE DE SE FAZER MULHER

Socorro Souza	56
Elizabeth Marinheiro	59
Maria Valéria Rezende	62
Janete Lins Rodriguez	66



FOTOS: EVANDRO PEREIRA

Herminegilda Leite Machado

Trabalhar pela justiça

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB), a desembargadora Herminegilda Leite Machado destaca a importância do ser humano na sua escolha pelo direito como profissão

Texto: Marcella Alencar

É de amplo conhecimento que as tecnologias modificam as relações sociais, inclusive as relações de gênero que se inserem em uma sociedade “que tem seus problemas e seus paradoxos”, como bem pontuou a desembargadora Herminegilda Leite. Citando alguns filmes, como *Mãe*, dirigido por Vsevolod Pudovkin, a juíza exemplifica os paradoxos sociais de gênero e de classe durante a Revolução Russa, mas que se desdobram de modo parecido — com suas especificidades contextuais — em todo o mundo, incluindo a Paraíba, local onde a magistrada fez morada.

“O direito do trabalho nasceu em consonância com a tecnologia quando veio a máquina de tear, a máquina de vapor, por exemplo”, explica a juíza que nasceu no interior do Ceará em Lavras de Mangabeira, na divisa com o estado que reside atualmente. Como é de se esperar, as relações de gênero também fazem parte dos paradoxos sociais que se estabelecem a cada mudança no campo do trabalho. Certa de como essas coisas surgem e entrelaçam-se, a juíza Herminegilda, atual presidente do Tribunal Regional do Trabalho (13ª região), conta que o próprio Dia Internacional da Mulher surge no âmbito do trabalho. A data é inspirada na greve de 1908 que ocorreu em uma fábrica de tecidos e até hoje é importante para lembrar questões relativas às mulheres, sejam elas quais forem.

Apaixonada pela Paraíba, ela conta que desde cedo já gostava de história e era incentivada pelos pais, agricultores, a dedicar-se ao estudo. “Sempre me estimularam à aquisição do conhecimento. Como eu sempre gostei muito de história, me encantava aquela passagem quando você saía da Idade Moderna para a Idade Contemporânea, quando a produção deixava de ser artesanal e fabril e passava para o modelo de produção industrial. Então, aquilo ali, eu não sei se eu criei alguma coisa assim na minha cabeça. E eu achava muito interessante aquela história”, relembra.

Ao longo da conversa, Herminegilda humanizou, sem romantizar, as relações da mulher/homem-máquina, demonstrando que criou desde cedo uma percepção

crítica em relação ao que está posto como desenvolvimento social. “Eu sei que tem um lado de sofrimento muito grande com renúncias, mas a luta por um mundo melhor, por condições de vida melhores é uma luta que se vê todo dia com o direito do trabalho”. Ao citar as tecnologias ligadas à Revolução Industrial, como máquina de tear e a vapor, ela explica como a configuração sociocultural modificou-se e de que forma esses modelos de trabalho entrelaçam-se com sua história de vida.

Faces do desenvolvimento

Livros, filmes, músicas. O repertório acessado pela desembargadora é enorme. Citando de Dostoiévski a Machado de Assis, ela contou à reportagem como o direito entrou e desenvolveu-se na sua vida e de que forma escolheu cursar direito na então Universidade Estadual do Ceará, no Crato, no início da década de 80. “Um romance que me chamou muita atenção na juventude foi *O Germinal*, de Émile Zola. Realismo francês, em que ele retrata a história dos trabalhadores nas minas de carvão, onde naquela época não tinha nada automatizado. E outros livros: *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, *Dom Quixote*, Machado de Assis”.

O ser humano, com todas as suas angústias, é o mesmo em qualquer lugar do planeta, pontua Herminegilda. Ela relembra também que esses sentimentos, enquanto coletividades, também mudam com as tecnologias. Com a literatura e com o que se contava nos livros, seu interesse foi desenhado ao longo do seu desenvolvimento como pessoa preocupada em mediar conflitos de forma acertada com o olhar voltado para a justiça social.

“Escolhi direito pela história do ser humano. Na condição de julgadora, não posso romantizar determinadas questões, tenho ciência disso. O que eu preciso é aplicar a lei de uma forma imparcial, mas vejo que foi toda uma construção teórica que me levou à escolha que fiz”. De acordo com a desembargadora, assim que saiu da

faculdade, em 1985/86, foi advogar. Até então, na sua família não havia ninguém ligado à área pública.

Na época, a escolha que fez foi pela área do direito de família. No entanto, as causas com as quais trabalhou foram-lhe muito impactantes. “Você vê: muitos problemas de família vêm de um contexto de carência material. O casal separa, o homem não quer pagar pensão, não quer ter responsabilidade e é quase uma negação ao filho. Aquilo, para mim, foi um pouco chocante”.

Por sempre ser incentivada por seus pais, Francisco Leite de Oliveira e Maria Machado Leite, continuou estudando e passou em dois concursos, sendo a primeira a ter um cargo público no Maranhão e na Paraíba. Chegou ainda a trabalhar naquele, mas, por ter envolvido-se com a Paraíba na época em que fez o concurso, acabou vindo para o estado há 32 anos. Como percurso natural do desenvolvimento como juíza, passou por diversas cidades até estabelecer-se em João Pessoa.

Segundo ela, talvez o desenvolvimento de sua vida tivesse sido outro caso tivesse permanecido no Maranhão, “mas a vida segue e a gente tem que ir lutando. Cada tempo tem suas belezas e questões. A vida segue. Ela é como o rio, segue seu fluxo”. Fluxo esse que claramente se desenrola tal qual seu pensamento, conectando a cultura, a literatura e o direito, área que defende com veemência.



“O direito do trabalho é uma ciência também. Às vezes tratam como se o direito do trabalho atrapalhasse o desenvolvimento capitalista. Só que o trabalho está inerentemente ligado ao sistema. Vocês devem ter visto nesses últimos dias a greve de motoristas que resultou num acordo que, para mim, foi um dos mais democráticos que presenciei”, relembra a juíza que esteve envolvida logo no início do seu mandato como presidente do TRT.

No dia 30 de janeiro de 2025, Herminegilda enfrentou um dos grandes desafios de sua carreira: um dissídio coletivo, que resultou em greve dos motoristas de ônibus de João Pessoa. “Manter o equilíbrio e construir uma proposta é um exercício de democracia. Porque a greve é um instrumento de pressão. Depois de muita relutância, chegou-se em um consenso sobre a proposta. E não cabia a mim impor nada”. Para ela, o resultado e o acordo foram excelentes, com processo de escuta ativo, assembleias, de modo democrático, sobretudo ao lembrar que a greve já foi considerada crime.

Contudo, bastante realista, sabe que a gestão enfrentará outros desafios. “Não tem como prever o que surgirá. Eles vão aparecer e a gente tem que enfrentar”. Tal qual o desenvolvimento social, as experiências pessoais também seguem um caminho com percalços e problemas. Hoje, com tecnologias mais avançadas, os modelos de trabalho e as lutas também se modificaram. “Algumas atividades que antes eram exercidas por humanos hoje são por máquinas, por algoritmos. São essas as relações que precisamos ficar atentas”.

São para essas relações que Herminegilda chama a atenção “não eu sozinha, porque eu sozinha não faço nada”, assevera, “precisamos pensar em que sociedade queremos, porque nossos jovens estão morrendo, as violências estão se modificando, há muita morte no trânsito e a nossa juventude está em um contexto de carência material que a faz ponderar se é melhor ganhar o dinheiro de um traficante ou um salário mínimo. É preciso pensar como a gente deve fazer para melhorar nossa sociedade. Ou daqui a pouco seremos uma sociedade com vários idosos e não haverá jovens”.

“Precisamos uns dos outros”, afirmou a magistrada. Repensar o desenvolvimento social é uma atividade necessária e cotidiana. Embora ela não se considere uma professora, a juíza conta com propriedade diversos pontos de mudanças sociais e como o trabalho está atrelado a eles. Paradoxal é alguém como Herminegilda não se considerar uma professora, pois disserta tão bem sobre um leque amplo de assuntos, sabendo a maneira como cada um é conectado.

Mesmo não sendo um título que carrega para si, ela também já ministrou disciplinas pela Escola Nacional da Magistratura e tem o orgulho de ser reconhecida nacionalmente pelo seu trabalho. “Em 2023, eu tive um desafio. Quando fui promovida, convidaram-me para integrar a comissão do concurso nacional para a magistratura. Eu fiquei assustada em como o ministro me achou”. Honrada, pegou o desafio pela mão e pelo coração, onde também guarda os direitos humanos, e realizou o trabalho da melhor forma.

Não tão afeita a títulos, mas entendendo de direitos humanos e levantando sempre questões pertinentes na atualidade, Herminegilda traz uma das questões contemporâneas e caras ao feminismo: a ideia de ser mulher.

O que nos torna mulheres?

No início de 2025, a magistrada tomou posse da presidência do TRT da Paraíba. “Naquela situação, todos tiveram que olhar para mim. Eu pensei: bom, eu nunca casei porque eu nunca me vi entrando em um lugar com tanta gente olhando pra mim e agora estou aqui, e as pessoas têm que olhar para mim. Nunca me vi casada, nunca me vi sendo mãe”.

Ao tratar sobre a chamada vida pessoal e sobre a sua mulheridade, a desembargadora relata como foi criado, em torno das mulheres, um imaginário romantizando não só de dupla e tripla jornada da mulher, mas também da ideia de que, para ser mulher, é preciso ter nascido com o que é considerado biologicamente de mulher. “Eu não vejo o lado da mulher por eu ser biologicamente mulher. O que interessa no mês da mulher não é a minha vida privada, a minha carreira ou a minha história. O que a gente tem que levar em conta é que é uma data política pela reafirmação dos direitos”. São as questões sociais, mais uma vez, que ela traz à tona, dando a tônica de sua trajetória.

“Há alguns anos participei de um debate sobre o Dia da Mulher e se falava muito sobre lado pessoal. Mas eu compreendo que ser casada ou não, ter filhos ou não, não torna ninguém menos mulher”. O direito de escolha precisa ser respeitado, pois ser mulher é escolher também as trajetórias que lhe são caras, explica a juíza.

O que nos faz mulher não é um debate recente. Mary Wollstonecraft, no final do século 18, já lançava luz sobre essa discussão embora outros

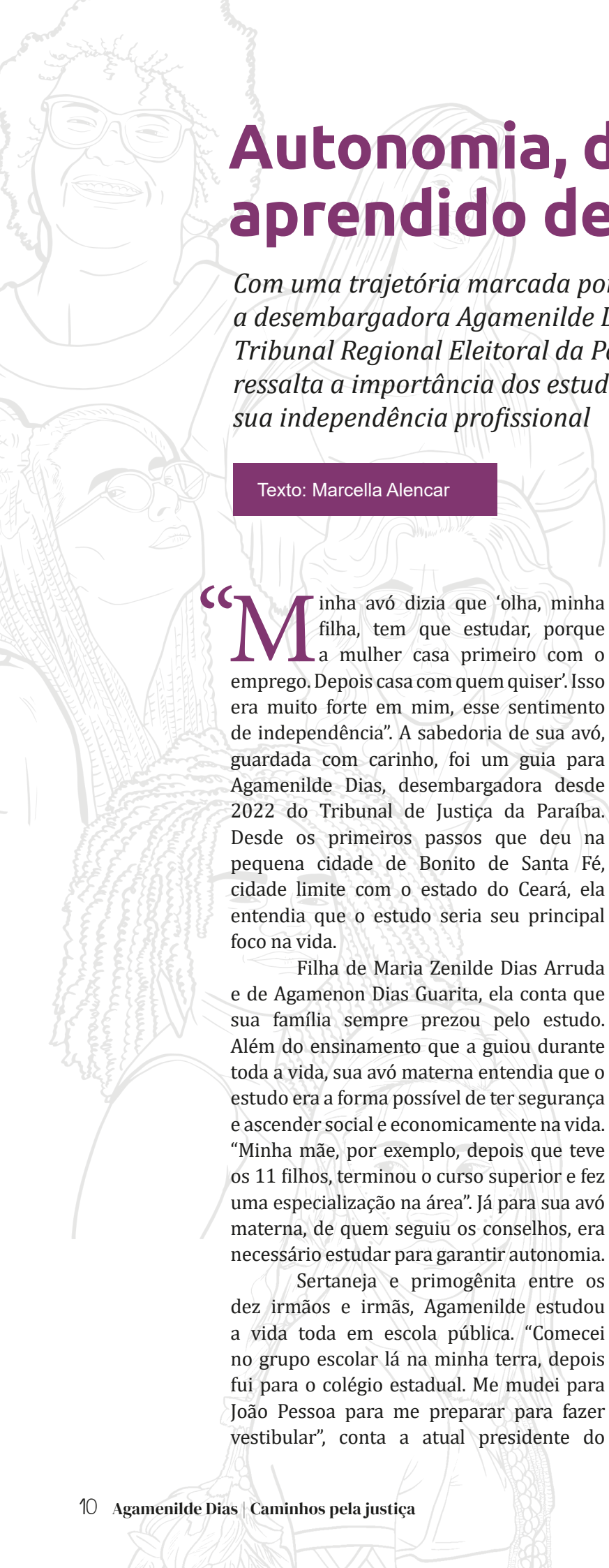
nomes posteriores, como Simone de Beauvoir, ganhassem mais popularidade entre pessoas fora desse campo de estudo. No Brasil, no início do século 19, uma nordestina, tal qual Herminegilda, também já questionava os modelos do que é ser mulher. Nísia Floresta Brasileira Augusta tratou diretamente sobre os direitos das mulheres.

Na Paraíba, mais de um século depois, ainda hoje, a desembargadora precisa sempre se posicionar para falar do que chamam de vida pessoal e vida do trabalho. “Eu sou mulher de uma determinada forma. Nunca quis casar, nunca me vi mãe. Amores eu tive. Eu sei o que é amar e ser amada. Exerci minha opção de ser o que eu sou e isso não me torna menos mulher ou menos feminina”. Fazer do direito e do estudo um campo pessoal foi outra posição acertada na sua caminhada.

Ao questionar os modelos predominantes sobre a vida privada da mulher, ela relembra: “Eu discuti isso várias vezes com meu pai. Por que que eu tinha que casar? Eu não tinha que dar satisfação à sociedade. Não me vi e não me vejo nesse lugar. A maternidade é linda, o casamento também. Mas nunca precisei de ninguém para me completar. Eu sou inteira”. Ela nunca se viu, portanto, como mãe nem como esposa. “Ninguém deve ser mãe porque a sociedade diz que tem que ser. A vida pessoal não se resume ao casamento ou aos filhos. É preciso lembrar que a ideia de mulher é também uma construção. Eu mesmo teria sido uma péssima mãe se tivesse sido apenas por convenção”.

Respeito e direito são palavras constantes no vocabulário de Herminegilda embora saiba que nem todos os caminhos de todas as mulheres sejam perpassados pela lógica da escolha, mas, por vezes, rege a imposição social. “Nem sempre é uma escolha. Eu fico imaginando o sacrifício daquelas mulheres que não têm com quem deixar os filhos, não têm creche. Eu sei que eu, na minha posição, teria tido toda uma cadeia de mulheres que me ajudariam a cuidar, diferente de muitas outras mulheres”.

Ser mulher envolve uma gama de experiências. E é em função das experiências pessoais e coletivas, do respeito e do reconhecimento aos direitos humanos que a presidente do TRT constrói o trabalho diário dentro da justiça. Procurando maneiras de lidar com a estrutura da sociedade, ela sabe que não é algo que se muda da noite para o dia, tal qual o machismo. “Tem que construir a mudança do padrão comportamental. E isso passa também pela educação. Então só assim é possível manter a esperança”.



Autonomia, direito aprendido desde o berço

Com uma trajetória marcada por superação e foco, a desembargadora Agamenilde Dias, presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), resalta a importância dos estudos na conquista de sua independência profissional

Texto: Marcella Alencar

“**M**inha avó dizia que ‘olha, minha filha, tem que estudar, porque a mulher casa primeiro com o emprego. Depois casa com quem quiser’. Isso era muito forte em mim, esse sentimento de independência”. A sabedoria de sua avó, guardada com carinho, foi um guia para Agamenilde Dias, desembargadora desde 2022 do Tribunal de Justiça da Paraíba. Desde os primeiros passos que deu na pequena cidade de Bonito de Santa Fé, cidade limite com o estado do Ceará, ela entendia que o estudo seria seu principal foco na vida.

Filha de Maria Zenilde Dias Arruda e de Agamenon Dias Guarita, ela conta que sua família sempre prezou pelo estudo. Além do ensinamento que a guiou durante toda a vida, sua avó materna entendia que o estudo era a forma possível de ter segurança e ascender social e economicamente na vida. “Minha mãe, por exemplo, depois que teve os 11 filhos, terminou o curso superior e fez uma especialização na área”. Já para sua avó materna, de quem seguiu os conselhos, era necessário estudar para garantir autonomia.

Sertaneja e primogênita entre os dez irmãos e irmãs, Agamenilde estudou a vida toda em escola pública. “Comecei no grupo escolar lá na minha terra, depois fui para o colégio estadual. Me mudei para João Pessoa para me preparar para fazer vestibular”, conta a atual presidente do

Tribunal Regional Eleitoral. No chamado terceiro ano científico, mudou-se para João Pessoa a fim de estudar no Lyceu Paraibano, colégio frequentado por outras pessoas importantes da Paraíba: Celso Furtado e Augusto dos Anjos.

Em 1981, a magistrada passou no vestibular para a Universidade Federal da Paraíba e pôde então iniciar sua vida universitária. “Deixa eu contar: eu soube do resultado do vestibular por transmissão de rádio pela Difusora Cajazeiras. Antigamente era a forma que a gente sabia, porque a Rádio Difusora tinha um papel muito importante”. A comunicação, para ela, sempre fez parte de sua vida.

Por ironia do destino, casou-se com um jornalista, que sempre esteve ao seu lado, inclusive quando foi realizar sua pós-graduação em direito à comunicação na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), em 2009. Mas antes de tudo isso e do lugar que chegou atualmente, ela teve um longo caminho.

O caminho para justiça e democracia

Foi na capital que Agamenilde se tornou bacharel em direito e, desde os anos 1980, luta por causas nobres. Desde aquela época, teve acesso a esferas políticas



Agamenilde Dias

FOTOS: JOÃO PEDROSA

importantes. “Na faculdade, eu lembro do sonho pelas Diretas Já. Particpei mais ativamente pelo Diretório Central dos Estudantes. Quando eu era universitária, nós criamos a Associação Secundarista Universitária em Bonito de Santa Fé”.

Movimentos, palestras, estudos, centros, rodas de conversa e passeatas. Ela sempre participou de tudo que um estudante curioso e proativo fazia e isso lhe forneceu parte do senso de justiça que perpassa sua vida até hoje. “Eu peguei o final da Ditadura Militar, então isso deu espaço para a gente viver tudo isso com plenitude. E eu sempre gostei de compreender o mundo”. Foi com curiosidade que esteve aberta às possibilidades e frustrações que poderiam surgir ao longo do caminho.

Ao sair da universidade, Agamenilde conta que já sabia que gostaria de fazer concurso público. Apesar de ser necessário o empenho, alcançar um cargo público exige também sorte, que se consubstancia com o contexto e o estudo que uma pessoa detém.

À época, as tecnologias e os modos de viver distinguam-se das formas atuais. Ao passo que ela se preparava para as provas da magistratura, ela também se via obrigada a lidar com a frustração que aparecia no caminho. Relembra que havia provas de datilografia no concurso do

Tribunal Regional do Trabalho para a vaga de analista. “Isso é histórico, não é? Na época que fiz o concurso, tinha uma prova que exigia 120 toques por minuto. Eu treinava no Senac e conseguia fazer 180 toques por minuto. Só que no dia da prova bate o nervosismo”.

Em uma sala imensa, com o pano cobrindo o telhado, a desembargadora relembra que, assim que a campainha tocou, ela travou por alguns segundos: “O suficiente para ouvir o tec-tec dos meus colegas”. Mesmo nervosa, recobrou os sentidos e começou a digitar. No entanto, acabou eliminada nessa última etapa do concurso. Ao ser reprovada na seleção, o percurso a levou para outros caminhos.

Retratos da vida

Em 1992, passou no concurso para a magistratura. Ela conta que participou do 48º concurso para a função e que, nessa edição, foram 14 mulheres aprovadas. Como mulher em um mundo predominantemente masculino, teve que encarar uma realidade que não oferecia tantas portas abertas para as mulheres. Na época em que fez a prova, só existiam cinco magistradas na Paraíba.

O papel da mulher na sociedade foi um tema recorrente durante um período da sua vida, não apenas por vivenciar situações silenciosas de machismo, mas também por ter atuado na 5ª Vara da Família por 22 anos. “Essa área é uma jurisdição especialíssima, que traz enriquecimento profissional e pessoal. É o retrato da vida. Você trata de matéria que geralmente cuida de sonhos desfeitos, divórcio, separação, investigação de paternidade, adoção, curatela, tutela”. Foi um enriquecimento muito profundo as duas décadas que a juíza atuou nessa vara.

Nem todas têm a sorte que Agamenilde teve na sua vida. Casou-se com o jornalista Antônio Gracio, com quem mantém o casamento até hoje. Mãe de um jovem nascido em 1998, ela sempre compreendeu o papel importante que sua família teve na sua vida profissional. “Eu digo que meu marido é um anjo bom em minha vida. São 36 anos de casada e com mais 200 pela frente”. Só casou após terminar os estudos como aconselhara sua avó. Ela acrescenta que seu marido é um parceiro que nunca se negou em acompanhá-la aonde fosse necessário.

Desde quando passou no concurso, seu marido acompanhou-a nas primeiras cidades em que atuou: nas comarcas de Taperoá, Sousa, Cajazeiras, Campina Grande e Bayeux. Em seguida, estabeleceu-se em João Pessoa, onde vive até hoje. Foi na sua atual morada que ela presenciou diversas famílias diferentes da



sua. “Há quem diga que, nas separações e no divórcio, você partilha até os amigos”, conta.

Mas ela ressalta que pode existir ex-amigo, mas não existe ex-filho. As tensões na partilhas de bens e na guarda abalam qualquer pessoa. Nessa realidade é que se vê como as mulheres, por vezes, acabam em um lugar de dependência. “Eu digo que se separar, além de tudo, é um ato de coragem”. Ela ressalta como a dependência econômica pode prender as mulheres a situações que elas não querem e explica que esses são casos complexos de serem julgados.

“A gente percebe como aquela situação ali de intranquilidade financeira traz essa infelicidade para as mulheres em si. Veja bem, o mundo ainda é muito masculino”. Para ela, não existe ainda essa ideia da mulher em espaço de poder não sofrer com essas questões, mesmo que de forma distinta.

Uma das aprendizagens que se deve ter na vida é que muitas mulheres, independentemente da situação socioeconômica, são perpassadas por um

sistema que as coloca nesse lugar de gerência da vida de forma geral, mesmo aquelas que têm como dizer um sim e um não, sem depender financeiramente de um homem. “Nós ainda somos dona de casa, motoristas dos filhos, administradoras da feira. A gente meio que se acha supermulher”, explica ela ao falar sobre a carga mental que há nas mulheres.

Então, muitas mulheres que não têm emprego formal não se veem como pessoas que trabalham diuturnamente para o outro. “Uma coisa que eu não concebo é ver a mulher dizer que não trabalhou porque o marido não deixou. Mas, na realidade, ela se doa completamente e até esquece de si. E, depois do desfazimento, precisa recomeçar uma vida. Mas também entendo que cada uma tem as escolhas que a vida a leva a fazer”.

Ela reconhece que, em muitos casos, a mulher é o alicerce da família, mas, ao mesmo tempo, a falta de independência pode torná-la vulnerável, impedindo que ela tome decisões importantes para sua própria vida. A magistrada sublinha a importância da autonomia financeira como um fator de empoderamento feminino.

Sensibilidade como questão humana

Por ter atuado durante tanto tempo em Vara de Família, o papel da mulher na sociedade e seu lugar na carreira jurídica sempre foi um tema recorrente. Agamenilde sempre buscou o equilíbrio entre suas responsabilidades pessoais e profissionais, consciente de que ser mulher em uma posição de poder no Brasil exige muito mais do que competência.

Ela lembra a época em que, como juíza, enfrentou preconceitos, desafios e uma cobrança constante para demonstrar que poderia desempenhar seu papel com excelência. “Às vezes, a percepção era de que, por ser mulher, eu não seria tão objetiva. Isso é uma besteira. Eu acho que a gente tem que, inclusive, se envolver até para entender a humanidade e tomar essas decisões”. O envolvimento, diferente do que se pensa, é o que a leva a engajar-se ainda mais na justiça como fazer preponderante na sua função.

“Muitas situações chegam a trazer tristeza, a exemplo de disputas bem torrenciais entre pais e filhos, onde falta compreensão. Em um cenário como esse, é necessário, como magistrada, se doar ao máximo para buscar o justo e fazer com que as pessoas se afirmem na história em que estão construindo”, afirma a juíza. O envolvimento, no entanto, não a torna

menos imparcial, explica. “É preciso se envolver para entender com humanidade e tomar decisões”, explica.

Para além dos estereótipos e do imaginário coletivo, humanidade precisa ser um bem comum aos gêneros. Embora os sentimentos sejam explorados e assumidos de maneira distinta, “O homem também se sente tocado e a gente precisa ver isso com naturalidade”. Agamenilde afirma que o respeito e compreensão é base para as relações sociais de um modo geral.

Desafios atuais

Em 2022, sua chegada ao Tribunal de Justiça da Paraíba foi marcada por muito trabalho e dedicação. Agamenilde chegou ao cargo de desembargadora por meio de merecimento, sendo a única mulher entre 18 juízes homens que competiam pela vaga. Com grande desempenho, ela conquistou a maior nota e ascendeu a um cargo que ainda é predominantemente masculino. Exemplo disso é que em sua atual posição, como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, só passaram, em toda a história do cargo, duas outras mulheres: Maria das Graças Moraes Guedes e Fátima Maranhão.

A juíza, que é membro efetivo do TRE-PB, na categoria de desembargadora, assumiu a presidência do órgão em março de 2024 e estará nessa função até 2025. “Depois de mim, vai demorar a ter outra mulher na linha sucessória”, explica.

Ao longo dessa gestão, a desembargadora enfrentou o desafio de passar por uma eleição, a de 2024 para os cargos de prefeito(a) e vereador(a). Diferente da época em que ouvia o resultado do vestibular e a propaganda eleitoral apenas via rádio, as novas tecnologias atualmente demandam um cenário mais imbricado de questões que ainda estão entrando na seara da regulação. “Estamos no tempo da inteligência artificial, das fake news e da percepção de polaridade. As eleições municipais são muito vinculadas ao cotidiano. Tudo começa no município. Da comunicação à vacina, ao estudo”.

Orgulhosa de ter presidido uma eleição sem nenhuma intercorrência, ela fala que “A mulher, em espaço de poder ou em qualquer atividade, também enfrenta desafios. Comigo não foi diferente. Eu levo e saio daqui mais assenhorada dessa afirmação. Tem hora que a mulher tem que dizer a que veio e que tem condições, igual ao homem, de ocupar qualquer função”. A Paraíba, vale salientar, foi o primeiro estado do Brasil a concluir e totalizar os números de votos das eleições de 2024.



“A mulher, em espaço de poder ou em qualquer atividade, também enfrenta desafios. Comigo não foi diferente”

Com igualdade, segurança e integração das forças do estado, Agamenilde reafirmou não apenas sua posição de desembargadora, mas também de cidadã e mulher capaz de construir uma carreira sólida e dialogar com todos os setores da sociedade.

Esse feito não foi apenas uma vitória pessoal, mas uma conquista que representou um avanço para as mulheres no sistema judiciário. Agamenilde destacou a importância de sua ascensão como um exemplo de que as mulheres podem ocupar espaços de poder, desafiando estereótipos e conquistando seu lugar em um cenário que historicamente foi dominado pelos homens.

Em sua trajetória, ela também enfrentou o desafio de ser presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, uma posição que demandou grande capacidade de gestão e liderança. Para ela, o preconceito contra a mulher em posições de autoridade é algo presente embora nem sempre visível. “O preconceito, o machismo às mulheres, ele é como o vento: a gente não vê, mas a gente sente”. Apesar disso, Agamenilde sempre se posicionou com firmeza, cumprindo sua missão com responsabilidade e demonstrando que a mulher tem a mesma capacidade de liderar e tomar decisões que qualquer homem.

Ela tem orgulho de ter liderado uma eleição sem intercorrências, com transparência e acolhimento para todas as partes envolvidas. “Nós fizemos o planejamento, que foi planejamento e gestão democrática das eleições municipais, com acolhimento e cidadania”. Um dos momentos mais gratificantes de sua gestão foi quando recebeu um ofício das associações de pessoas com deficiência, elogiando a acessibilidade e o acolhimento nos locais de votação. Esse reconhecimento foi, para ela, um reflexo de seu trabalho e de sua visão inclusiva. Agamenilde construiu uma carreira baseada em méritos e princípios. Ela é a prova viva de que, quando uma mulher acredita em si mesma e luta por seus direitos, não há limites para o que pode conquistar.

Pioneira, aguerrida e obstinada

A advogada destaca a importância histórica do processo eleitoral que a escolheu como primeira desembargadora da Paraíba pelo Quinto Constitucional

Texto: Marcella Alencar

FOTOS: EVANDRO PEREIRA



Anna Carla Lopes

Em novembro de 2024, a advogada Anna Carla assumiu uma posição que nenhuma outra mulher, na história da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Paraíba (OAB-PB) —, assumiu antes. Ela foi a primeira mulher a alcançar o cargo de desembargadora pelo Quinto Constitucional, o nome da pessoense encabeçou a lista tríplice com 15 votos, sendo a mais votada entre os três candidatos, com 3.010 votos.

O chamado Quinto Constitucional, explica Anna Carla, é um dispositivo jurídico que garante que um quinto das vagas da corte dos tribunais de justiça sejam preenchidos por advogados e membros do Ministério Público. O processo para a escolha é democrático, feito por meio de votação com nomes que são sugeridos em listas sêxtuplas. A desembargadora eleita figurou como a pessoa mais votada entre homens e mulheres na lista.

Após a lista ser aprovada, ela seguiu para o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB). “Entre os 19 desembargadores, eu tive 15 votos. O segundo lugar teve 10. É muito gratificante saber que eu fui a mais votada nas duas eleições, não é? Até porque foi uma caminhada desafiadora”, garante Anna Carla. A expressiva votação apareceu desde o



Outro olhar para a justiça

“Sabe quando você está num lugar e você para e diz ‘parece que eu nasci para isso’? É uma coisa, é engraçado assim, sabe?”, explica Anna Carla sobre a função na qual atua hoje. Apesar da eleição para desembargadora ter ocorrido em 2024, Anna Carla conta que acredita que o curso de sua vida a levou a ter um olhar diferenciado para a justiça. Nascida em 1982, filha da defensora pública Fátima Lopes (*in memoriam*) e do engenheiro civil Carlos Martinho, escolheu o mesmo caminho que a sua mãe e sua irmã mais velha. “Aqui em casa todo mundo acabou enveredando pela área da justiça. Minha irmã, Carol, é advogada e meu irmão mais novo, Davi, é promotor de justiça”.

Estudou durante a infância e adolescência em alguns colégios: o 2001, o PHD e o Hipócrates. Durante a adolescência, convivendo com sua mãe, criou uma veia voltada para a justiça social. “Na infância eu sempre tive um perfil mais justiceiro. Quando eu tinha por volta dos oito, nove anos de idade, lembro que chegou uma novata de fora no colégio e que começou a sofrer bullying pelas outras crianças. Lembro que tomei a frente na situação”. Não coincidentemente, a amizade com essa menina perdura até os dias atuais.

Sempre com um espírito de liderança, Anna Carla também foi presidente de sala nos colégios pelos quais passou. Com o espírito combativo, com o qual dedicou parte de sua vida em uma luta pelas minorias, a atual desembargadora ouvia com certa recorrência que deveria virar advogada. E assim o fez. Ingressou em direito na Unipê e formou-se em 2006. Atuou majoritariamente com direito de família. “Como minha mãe era defensora pública de carreira, eu auxiliava muito ela na defensoria. E a gente sabe que 90% das demandas de lá são direito de família. Além disso, também estagiei na delegacia da mulher”.

Sua mãe, que foi uma das guias da sua vida profissional junto a sua irmã Carol, faleceu em 2008, fazendo com que ela tomasse a frente do escritório, já que sua irmã enveredou pela área pública. Permaneceu atuando em escritório por 17 anos e não imaginava que acabaria lançando um outro olhar para a justiça, embora tenha se envolvido na política da OAB com sua irmã durante sua atuação como advogada.

“Eu costumo dizer que o alvo que a justiça mira é o mesmo tanto para o advogado quanto para o juiz, quanto para o promotor, que é a busca pela justiça. Ela está ali, é nosso alvo, mas trabalhamos

início nas urnas quando foi a mais votada em Souza, em Pombal, no Vale do Piancó e em Guarabira.

No entanto, a campanha não foi fácil. Conhecer o estado e garantir aliados que acreditassem no seu nome foi desafiador. Já no início do ano 2024, ela começou a circular e oficializou sua candidatura em abril do mesmo ano. A eleição foi realizada em julho do corrente ano. Embora a OAB da Paraíba seja uma das mais antigas do país, com mais de 90 anos, foi a primeira vez que a lista de sêxtupla foi paritária, ou seja, formada pela mesma quantidade de homens e mulheres.

A vitória de uma mulher em uma ocasião como essa é um marco histórico no estado, pois assevera a importância da representação das mulheres em espaços de poder e de decisão. Anna Carla explica que chegar a esse lugar não teria sido possível se não houvesse apoio nas cidades em que passou e ressalta nomes importantes para a sua campanha. “Muita gente me ajudou. Em Souza tive a advogada Jayane Gadelha, que virou uma grande companheira e segurou minha mão durante a campanha. Em Pombal era Mayara Wanderley, em Cajazeiras era João de Deus. Enfim, esses foram só alguns nomes importantes para a minha caminhada”.

sob perspectivas distintas”. Após sua ampla atuação como advogada, Anna Carla conversou com sua irmã, que apoiou fortemente sua candidatura. “Parece que Deus me preparou nesses anos, porque era necessário demais. Hoje eu continuo lutando pela justiça da mesma forma, aguerrida, veemente, mas com outro olhar.”

Aguerrida também foi a campanha da desembargadora em Campina Grande. Os espaços de disputas que se constituíram nas últimas décadas entre a segunda maior cidade da Paraíba e a capital do estado fizeram-na enfrentar certa resistência, que, com ajuda do seu primo Tovar Correia Lima e da advogada Carla Felinto, conseguiu realizar uma boa campanha na cidade.

Outra dificuldade encontrada pela magistrada foi o machismo. Citando sua colega do TJPB, Anna Carla relembra: “Agamenilde quem fala que o machismo é como o vento. A gente não vê, mas sente, não é mesmo?” O maior desafio que ela enfrentou foi justamente tornar seu nome conhecido e importante em todo o estado.

Qual a idade certa para a mulher?

Ser velha demais ou jovem demais é parte do julgamento que mulheres estão suscetíveis a sofrer na vida. Parece que não há uma idade certa para uma carreira profissional, por exemplo; fazendo com que elas sejam vítimas de discriminação em qualquer idade embora que de formas distintas. Anna Carla sentiu esse problema enquanto percorria a Paraíba. “Sinto que sofri por ser uma mulher jovem. Há o etarismo, porque achavam que eu era jovem demais para dar conta. Mas tinham homens da minha idade e ninguém falava a respeito disso”.

Em outros espaços, no entanto, Anna Carla pondera que a mulher é considerada mais madura. “Dentro de casa, por exemplo, a mulher tem que ter maturidade. Já o homem é considerado sempre só um menino”, aponta, demonstrando na prática as distinções de tratamento entre as esferas públicas e privadas da vida cotidiana. “Nós, mulheres, ou a gente é muito nova ou a gente é muito velha. Nunca há uma idade certa para ocupar um determinado cargo. Durante a eleição eu sentia muito isso, de que tentavam deslegitimar a caminhada do outro — nesse caso a minha caminhada — com base em discursos discriminatórios”, relata.

É por meio de um trabalho de reafirmação diária que Anna Carla conseguiu demonstrar o

potencial do seu trabalho. “Tomei posse no dia 12 de novembro de 2024 e no dia 13 eu já estava em uma sessão no Pleno”. O trabalho, desde então, tem sido transformador em sua vida.

Sobre sua vida pessoal, Anna Carla conta que é casada há 12 anos e tem dois filhos, um com oito anos e outro com 11. “Quando a mulher se propõe a trabalhar fora de casa, você acaba abrindo mão do tempo com seus filhos, da gestão da casa e delegando essa função. Ontem mesmo eu mal vi os meninos”. Realista, a desembargadora explica que, em toda escolha, é necessário abrir mão de algo, como teve que fazer. “Meu futuro a Deus pertence. Eu estou realizada e tenho certeza que tem muito caminho pela frente ainda”.



Perspectiva de gênero

Na magistratura, a adoção de uma perspectiva de gênero nos julgamentos tornou-se uma diretriz obrigatória com a Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Essa norma estabelece um protocolo para que magistrados e magistradas considerem as desigualdades estruturais entre homens e mulheres ao analisar casos concretos, garantindo decisões mais justas e equitativas.

A resolução determina também a capacitação obrigatória dos membros do Judiciário em vários temas, como direitos humanos, gênero, raça e etnia. Esse instrumento ajuda a assegurar uma abordagem interseccional na aplicação da justiça. Ferramentas como essa são importantes para as magistradas, como Agamenilde Dias, Herminegilda Leite e Anna Carla Lopes.

Além disso, a resolução cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no âmbito do Poder Judiciário. Com isso, as demandas de mulheres podem ser asseguradas com base nas especificidades de gênero. Isso contribui para a redução de decisões judiciais que possam vir a perpetuar estereótipos ou discriminações. Ao reconhecer as particularidades das experiências femininas, é possível avançar na promoção da justiça social.

Essa formação é essencial para que magistrados e magistradas desenvolvam uma compreensão aprofundada das questões de gênero e das suas implicações no contexto jurídico. Ao serem sensibilizados e instruídos sobre essas temáticas desde o início de suas carreiras, os novos juízes e juízas estarão mais preparados para aplicar uma perspectiva de gênero em suas decisões.

Mulher de raça e classe

Com uma vida inteira devotada à educação e aos movimentos sociais, a atual superintendente da Escola do Governo do Estado da Paraíba traz consigo a consciência e a importância da ancestralidade nas suas batalhas e conquistas

Texto: Marcella Alencar

E ducar para a cidadania é um dos fundamentos básicos para uma vida em comunidade e faz parte da Constituição Federal promulgada em 1988, o que consta no seu artigo 205. Falar a respeito desses tópicos, considerando a transversalidade de diversos fatores, como gênero, raça, classe social e sexualidade, é algo que vem ganhando espaço nos debates públicos atuais. No entanto, para a assistente social Ivanilda Matias Gentle, esse discurso foi a base que constituiu sua experiência de vida pessoal e profissional desde 1958, quando nasceu.

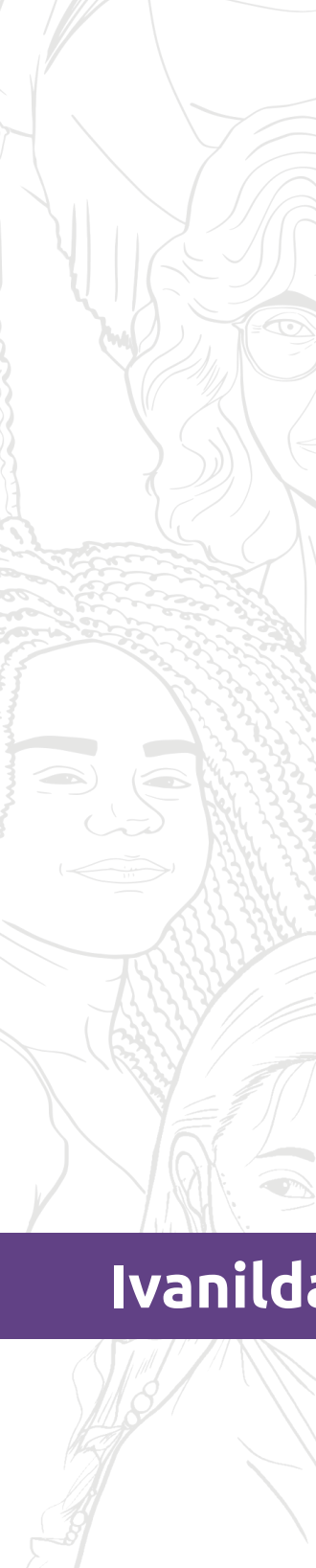
Resolutiva e preocupada em operacionalizar atividades da vida no geral, a campinense criada em João Pessoa não imaginava que depois de aposentada iria voltar a atuar, mais uma vez, no serviço público. Tudo isso depois de cumprir, com excelência, mais de 30 anos de atuação. Em 2019, o atual governador João Azevêdo convidou-a para ser superintendente da Escola do Governo do Estado da Paraíba. “Eu pensei muito se deveria voltar a trabalhar, porque, quando eu me aposentei, fiquei nos movimentos sociais”, conta ela. Confessou também a possibilidade de não dar certo no cargo que ocupa com sucesso até hoje.

“Quando ele me convidou, do jeito muito educado dele, eu pensei: se minha mãe soubesse que o governador está

aqui, na minha frente, me pedindo para assumir um cargo... Aquela ‘negrinha’, que lutou tanto... Nessa época eu pensei muito se assumiria. Eu decidi quando pensei no orgulho que minha mãe teria”. Embora Ivanilda lute até hoje, em sua fala e forma de ser, para não ser uma figura pública, desde pequena destacou-se nos espaços em que participava. Por gostar do anonimato, mapear toda sua experiência de vida é um trabalho pesado, tal qual o que ela realizou com gosto ao longo dos seus 66 anos de vida.

A atual superintendente da ESPEP graduou-se em serviço social pela UFPB em 1986. Entrou no serviço público em 1982 quando o Instituto Federal da Paraíba ainda era uma Escola Técnica, ajudou a criá-lo e a dirigir parte dele. Diretora, professora, assistente social, educadora, liderança de movimento social. Falta fôlego para narrar o número de cargos que assumiu na vida, mas não falta força a ela para voltar a trabalhar.

Responsável por abrir diversas portas para outras mulheres negras, ela também foi incumbida da função de abrir caminhos no Brejo do estado como assessora especial de implantação do campus Areia. Trabalhou também como gerente executiva de ressocialização da Secretaria de Administração Penal da Paraíba (SEAP-PB) e durante esse período não deixou de estudar e participar do que mais gostava: os movimentos sociais.



Ivanilda Matias Gentle

FOTOS: EVANDRO PEREIRA

Bases fortes e ancestralidade marcante

Talvez dentre as funções que exerceu na vida, nada a agrada mais do que saber que trilhou o caminho com honestidade tal qual seu pai lhe orientou. “Meu pai sempre me dizia uma coisa: A verdade — você entra e sai, e a conversa é a mesma”. Ao falar do seu pai, com orgulho e com carinho, ela demonstra que teve a sorte que 91 mil crianças não tiveram em 2024: ter um pai presente e que apoiava todas as suas decisões. “Acho que deu para perceber que meu pai tem um peso danado na minha vida, não é?”, relatou Ivanilda, relembrando as situações que passou e o modo que seu pai serviu como sustentação em diversos momentos.

Apesar de ter feito uma carreira sólida no serviço público, antes de prestar concurso, ela trabalhou no setor privado: supermercado, livraria e farmácia foram alguns dos locais por onde passou. “Outra coisa que meu pai sempre me disse desde criança foi que eu não me humilhasse para ninguém por um prato de comida, porque feijão eu tinha em casa”.

Sabendo do seu lugar e da sua posição na vida, Ivanilda não baixava a cabeça para o que considerava injusto com ela ou com alguém. Em 1978, ela conta que trabalhou como caixa de supermercado e resolveu sair quando se sentiu injustiçada. Ao contar um caso da época em que trabalhou como caixa, ela explica como saiu do trabalho. “Um dos gerentes no emprego disse: ‘filho de pobre ou estuda ou trabalha’”. Na época, ela fazia inglês nos intervalos do emprego. Ao ouvir isso, resolveu voltar a estudar.

Incentivada a vida toda também pela mãe a estudar “para ser alguém na vida”, ela compreendeu desde cedo qual era seu lugar, sua classe, sua cor. Embora o racismo seja um problema estrutural e atinja a todos, inclusive sua família, em nenhum momento ela deixou de ser amada ou negou suas raízes. “Minha mãe não conseguia me assumir negra, me chamava, assim, de morena como o pessoal fala muito no Brasil. Mas eu dizia: não, mãe, ó, eu sou preta”.

A mistura étnica, que ocorreu desde a invasão do país, é algo que também perpassa sua história. Parte da dificuldade de sua mãe em aceitá-la como negra também foi marcada pela herança familiar. “A minha avó paterna é do Sertão, foi raptada de uma tribo indígena. Uma pessoa raptou, casou e depois a abandonou. Já a minha avó por parte de mãe é filha de um escravo alforriado em Portugal que se casou com uma mulher portuguesa e ela acabou sendo deportada de lá. Por isso vieram para o Brasil”.



Ivanilda conta tudo isso como parte de sua história, mas que não se reduz à uma infância pobre. “Eu não gosto muito de contar várias histórias porque o pessoal fica pensando: ‘a coitadinha’. Mas não é assim. Eu não acho que a minha vida foi uma vida sofrida. Eu passei pelo que tinha que passar mesmo e sempre busco o melhor para mim, sem precisar passar por cima e nem tirar proveito de ninguém”, conta ela. Sua preocupação para ascender estava direcionada em crescer pessoalmente e tornar irrelevante até o racismo que sofria.

Dentro de sua trajetória profissional, obviamente passou por situações de preconceito. “Para mim não tinha problema nenhum, porque eu era muito bem resolvida. Mas quando eu era diretora de recursos humanos da escola técnica, um pai de aluno que foi reprovado queria telefone de um professor e eu não podia dar. Expliquei com calma os motivos. Ele olhou para mim e disse: ‘Tinha que ser uma negra pra me dizer uma coisa dessas’. Eu disse: ‘Pois é, a gente recebe não de muita gente, inclusive de uma pessoa negra’”.

De ancestralidade negra e indígena, Ivanilda nasceu em Campina Grande, mas mudou-se para João Pessoa ainda criança. Tal qual a epopeia dos antigos tropeiros da Borborema de sua terra natal, ela transporta muitas histórias que compuseram parte das suas relações. Na sua pré-adolescência, em João Pessoa, ela começou a frequentar um grupo assistencialista da igreja.

“Com a coordenação de uma freira chamada Irmã Francisca, a gente conhecia o evangelho, mas também trabalhava todo domingo na igreja. Nessa época existiam alguns trabalhos assistenciais da época da seca dos anos 70 no Nordeste. Então a gente saía pedindo dinheiro, arrecadando roupa para o pessoal também do Sertão”. Foi assim que, mesmo sem ter consciência na época, Ivanilda começou a trabalhar coletivamente com ações voltadas para a cidadania.

Movimentos sociais

Na época da sua pré-adolescência, ainda sem tanta consciência política de determinados assuntos, Ivanilda envolvia-se nessas atividades como diversão. Reconstruir casas de taipa, arrecadar alimentos: essas ações tornaram um hábito a justiça social. Embora ainda não da maneira como compreende hoje, os hábitos construídos desde pequena e as situações coletivas que vivenciou a levaram a ser uma pessoa atenta a questões sociais e ativa em movimentos.

Entre as idas e vindas do trabalho, ela nunca quis largar as ações coletivas, sejam elas quais fossem. Inclusive, ao ser perguntada qual um dos desafios que mais se orgulhava na vida, ela contou, com orgulho, um feito do seu ensino médio. “Quando estudei no Lyceu Paraibano, o diretor era Luiz Mendes. Ele baixou uma resolução que a gente não poderia entrar pelo portão da frente. Sem motivo nenhum”. De acordo com seu relato, quando ela chegou no colégio, havia alunos na porta da frente indignados de terem que ir por trás.

“Eu disse que a gente não deveria sair dali e lutar para que abrissem o portão para nós. Lembro que disse que lá só existia por causa da gente, pois éramos as pessoas mais importantes da instituição. Foi quando decidi que, se não abrissem, colocaria o portão abaixo”. Pressionado pelos estudantes que foram se aglomerando, ela conta que o diretor acabou cedendo e abrindo o portão, sendo a resolução colocada abaixo.

Apesar de todos os outros grandes orgulhos que quem trabalhou com Ivanilda reconhece nela, esse foi um dos fatos marcantes de sua vida, pois percebia na situação o seu lugar de liderança. Desde criança, seu pai incentivava-a justamente por ela ser muito falante. “Quando chegava visita lá em casa, meu pai dizia: ‘chama lá Ivanilda. Vai, filha, conta isso, conta aquilo’. Quando eu contava, todo mundo ria. E foi despertando, acho, inconscientemente isso dentro de mim”.

O pai tinha muito orgulho de Ivanilda e ela compreende, que, situado em seu contexto histórico, as falas do seu pai, na realidade, carregavam o amor que ele sentia por ela. “Ele dizia que eu deveria ter nascido homem para ser assim tão positiva. Queria que eu fosse engenheira civil”. Ser homem, por vezes, ainda é encarado como ser apto à vida pública e dados do Observatório de Pessoal do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) apontam isso.

A predominância masculina em cargos públicos federais em comparação com a participação feminina ainda é maior. A proporção diminuiu de 2023 para 2024 e atualmente os dados demonstram que são 41,6% de mulheres e 58,4% de homens e que o cenário mudou positivamente para as mulheres entre 2018 e 2023. É sabido que elas têm ocupado mais cargos públicos e saído da esfera privada ao longo das décadas. No entanto, o caminho ainda é longo e coloca as mulheres em situação de sobrecarga de trabalho com serviços domésticos e vida profissional fora de casa.

Não coincidentemente, Ivanilda também publicou artigos em livros tecendo a relação entre gênero, diversidade sexual e educação; o gênero também fez parte dos movimentos sociais dos quais participou. “Já fui da formação política e também fui secretária nacional do movimento da negritude do PSB. Esse é o setor, dentro do partido, que vai pensar a política para pessoas negras dialogando com os estados”.

Até hoje Ivanilda Matias é vinculada ao PSB e envolve-se, da maneira que é possível, com movimentos sociais, fazendo jus ao título de especialização de Educação em Movimentos Sociais que tem pela UFPB. E claro, como a maioria das mulheres brasileiras, vinculou seu trabalho fora de casa com o trabalho dentro de casa. Hoje é mãe de um casal que ela afirma ter nascido quase como um milagre.

Seguir em frente

“Para mim, nunca foi um problema conciliar a vida dentro e fora de casa”, conta ela que não queria casar, mas optou por isso pela vontade do ex-companheiro. Em 1991, quando já havia conseguido o trabalho estável e uma casa, foi quando teve seu primeiro filho. Na época, descobriu um tumor no cérebro que a impediu de amamentar e acreditava não poder ter outros filhos.

Em tratamento, descobriu uma segunda gravidez. “O médico disse: ‘você não deveria estar grávida, porque vai morrer você ou morre a criança de você está esperando’”. O médico recomendava abortar, mas ela decidiu seguir em frente, porque toda pessoa viva morre um dia. “Vou só fazer a recomendação para minha mãe não deixar meu filho ir viver no estrangeiro”, relata ela que, na época, era casada com alguém de fora.

Firme e forte com a crença em Deus, ela aceitou que teria que fazer uma cirurgia de risco na cabeça, pois o tumor crescia. “Eu já não conseguia nem dirigir por conta do tumor. Ficava tonta e caía”. Passou um tempo preparando-se para a cirurgia, mas, quando refez os exames antes de ser operada, o tumor havia sumido. “Foi obra de Deus, certeza”. Atualmente seus dois filhos são formados e saudáveis. “Não tem problema que eu não crio um jeito de resolver”. Buscando não encarar as situações como sofrimento, Ivanilda compreende que as situações da vida precisam ser vividas em sua plenitude.

Fazendo e reescrevendo História

Primeira mulher negra eleita à Câmara Municipal de Campina Grande e reeleita como a mais votada na cidade, Jô Oliveira, criada por quatro trabalhadoras domésticas, ressalta o protagonismo feminino em sua vida

FOTOS: CARLA BATISTA

Texto: Marcella Alencar

O voto feminino e a elegibilidade de mulheres é ainda história recente no Brasil. No dia 24 de fevereiro, por exemplo, comemora-se o Dia da Conquista do Voto Feminino, que completa, em 2025, 93 anos. A igualdade entre os sexos na seara da política ainda anda a passos lentos, porém comemora-se cada vitória, a exemplo da reeleição de Jô Oliveira, a primeira mulher negra da Câmara Municipal de Campina Grande, Casa de Félix Araújo.

Além de ser a primeira vereadora negra, Jô Oliveira, natural de Campina Grande, foi também reeleita em 2024 como a mais votada da cidade, com mais de 5,1 mil votos. “A gente ralou bastante para garantir esse resultado. Tínhamos até acesso a algumas pesquisas, mas é sempre uma surpresa”, conta a vereadora, sabendo do trabalho que realizou ao longo dos primeiros anos de mandato e na campanha para a reeleição. Com ajuda do que ela chama de Frente Ampla, procurou administrar e dialogar com diversos movimentos sociais na cidade, que a ajudaram também a continuar o trabalho na Câmara Municipal.

“A gente não tem nome famoso, a gente não tem dinheiro e nem status social. A gente tem que mesmo se valer dessas articulações e de como a gente pode construir isso. Não é como se fôssemos uma candidatura de vereador



Jô Oliveira

que faz carreira há 30 anos. A gente trabalhou para isso”, ressaltou Josilene Maria de Oliveira. Com decisões sempre muito bem colegiadas e acostumada a lugares de decisões coletivas, ela explica que se constituiu cidadã em um espaço muito democrático composto apenas por mulheres.

“Fui criada numa casa de quatro mulheres negras trabalhadoras domésticas. Minha tia-avó, que era, inclusive, quem ficava comigo quando eu não ia para casa da patroa da minha mãe. Essa nossa dinâmica de não aguardar a decisão de um homem ou coisa do tipo sempre foi muito interessante”. Filha da mãe solo Sebastiana Maria da Silva, mais conhecida como dona Basta, Jô Oliveira conta que a dinâmica na sua infância a levou a ter o posicionamento político que tem hoje.

Jô Oliveira estudou em colégio e universidade pública durante toda a vida. Passou pela escola Assis Chateaubriand, no Colégio Estadual da Prata. Em seguida fez graduação e mestrado em serviço social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Por prezar por espaços públicos de construção coletiva, desde cedo participou de movimentos ligados à juventude e à política e, em muitas situações, em posição de liderança. O PT, o PSB e atualmente o PCdoB foram os partidos que fizeram parte da sua caminhada. “Nessa dinâmica de pertencer a partidos ou mesmo a movimentos, a gente sempre pautou os espaços no sentido de conduzir as coisas e pensar o planejamento”, conta.

Pela facilidade em articular movimentos coletivos, até mesmo sua fala expressa a maneira como conduz as pautas políticas que fazem jus ao seu mandato. O uso contínuo de pronomes na terceira pessoa do plural expressa a necessidade de mostrar a pluralidade de vozes que constituem seu mandato. A escolha para que se candidatasse a vereadora, inclusive, não foi particular, mas uma decisão coletiva. “Foi mais difícil o convencimento para eu chegar assim nesse lugar. A gente esquece que às vezes tem que pedir voto, então é um exercício que eu ainda estou me habituando, porque não é comum para a gente se reconhecer nesse lugar”.

Além disso, explica a dificuldade que é acreditar na política hoje em dia. De acordo com a vereadora, muitos veem o campo político como lugar de corrupção e “que todas as pessoas estão lá por seus interesses próprios. Lidar com essa vala muito rasa, essa terra arrasada que as pessoas têm em relação à política, às vezes, é o maior desafio”. Para conseguir dialogar com um público mais amplo, no entanto, o

percurso de Jô foi perpassado por uma luta muito dura e pela necessidade de confrontar-se com realidades complicadas e paradoxais, sobretudo, para quem fez seu nome dentro de lugares importantes, como o Movimento dos Sem Terra e o Movimento de Mulheres em Campina Grande.

Reconhecer a luta

Na primeira vez que se candidatou, em 2016 pelo PSB, ficou como suplente com 1.544 votos. Mas, antes disso, já lutava em movimentos sociais desde 2001, quando entrou em serviço social, tanto pelo PT, partido ao qual se manteve filiada até 2015, quanto por movimentos estudantis pelo Diretório Central de Estudantes, movimento de mulheres, movimento da juventude e movimento de pessoas do campo.

“Eu costumo dizer que a universidade foi esse espaço muito fértil para eu, inclusive, me identificar nos lugares em que aquilo que eu tinha em casa como referência era também luta de alguém. Falar sobre essa perspectiva de classe e raça, dar nomes às coisas que eu experimentava”, explica. A universidade, segundo Jô, foi o espaço que a permitiu fazer a leitura conceitual de determinadas coisas, como gênero, redescobrimdo-se mulher negra e entendendo o que isso significa na escala social.

“A gente não tem nome famoso, a gente não tem dinheiro e nem status social. A gente tem que mesmo se valer dessas articulações e de como a gente pode construir isso

Durante esse período da graduação e do mestrado, também rememorou situações doloridas para ela, que a fizeram revisitar memórias da infância e adolescência, já que sua luta acontece desde cedo. “O primeiro episódio de racismo que eu tenho lembrança foi nesse prédio, o Edifício Rique, quando eu tinha por volta dos 8 anos”. Esse edifício é onde mantém seu escritório até hoje. Lembra que, quando criança, saiu com sua prima para passear e ir até o edifício. Do alto do prédio, era possível ver a Serra da Borborema.

Mas foi naquela situação que ela percebeu que foi obrigada a usar o elevador de serviço pela primeira vez, enquanto sua prima, branca, que a acompanhava, pôde usar o elevador social. “Depois de muito tempo, já no mestrado, eu vim perceber que aquela foi a primeira vez que passei por essa situação”. Examinando as experiências de meninas e mulheres negras na pós-graduação, ela percebeu a necessidade de falar sobre letramento racial para a construção da identidade de mulheres negras.

Ao longo da luta para finalizar a mestrado, planejava também a sua primeira candidatura: “Eu qualifiquei minha dissertação de tarde e à noite lancei a candidatura. Foi assim, descendo da cabeça e indo para a canela. Um fluxo, né?” Com uma votação expressiva para uma primeira tentativa

como vereadora, candidatou-se novamente em 2020 e quase dobrou a votação, com 3.050 votos. “Foi impactante, muita gente perguntava: quem é essa menina? De onde ela veio?” Com muitos desafios, ela conta que o primeiro mandato teve muitos desafios, como manter as pessoas acreditando no projeto político da frente ampla que montou, além de dialogar com uma câmara diversa, mas majoritariamente conservadora.

Para além das lutas políticas e acadêmicas, Jô também se deparou com outras realidades na atividade diária profissional. Trabalhou, como de praxe, no exercício de sua profissão em um Centro de Referência de Assistência Social no interior da Paraíba e também assumiu a direção do Complexo Lar do Garoto em 2011, onde ficou até 2013. Em seguida, foi para a direção do Cine Estadual em Campina Grande.

Não endurecer

Em uma das épocas mais difíceis, Jô Oliveira assumiu o Lar do Garoto Padre Otávio Santos em Lagoa Seca. A instituição é uma unidade socioeducativa ligada à Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. “Foi um dos mais



turbulentos. Quando eu falo de turbulento, não era o trabalho em si. Mas pela quantidade de casos que a gente teve que foram, inclusive, de renome nacional”, conta ela lembrando que o período foi o da Barbárie de Queimadas e também da morte de um professor da rede privada de Campina Grande. “Era imprensa direto lá. Foram três adolescentes do caso de Queimadas e dois do professor”.

Com uma consciência política visceral, preocupava-se por lá já ser um espaço onde muitos processos de política de inclusão já foram violados. “Claro que há as exceções. Mas, no geral, pelo perfil dos adolescentes que estão lá, em sua grande maioria revelam uma rede de apoio que não funciona para todos os sujeitos”.

No caso da Barbárie de Queimadas em si, ela conta que foi muito difícil. Esse caso foi conhecido como um estupro coletivo de mulheres, seguido da morte de duas delas. “Você se questiona do ponto de vista, inclusive, pessoal sobre o lugar das mulheres, essa questão da violação dos corpos, até como ela é abordada de forma pejorativa”, conta Jô, falando sobre a banalidade com a qual trataram as fotos que foram divulgadas dos corpos violados dessas mulheres.

“Eu pensei: eu estou aqui com a tarefa de proteger esses meninos, mas veja a ambiguidade. A gente está protegendo esses meninos que mataram duas mulheres, participaram dessa ação tão violenta. Cuidar de quem não teve o menor cuidado com o corpo de uma mulher”. A enxaqueca, durante toda sua gestão, era uma companheira cotidiana que a colocava em estado de alerta diuturnamente, relata a atual vereadora, sem saudades.

Ela assevera, no entanto, que, apesar de tudo, é preciso pensar sim em modelos de educação e ressocialização de meninos, pois é preciso começar a trilhar outros caminhos para as masculinidades possíveis, pois não se pode naturalizar a maneira pela qual as violências se perpetuam. “Eu não teria condições emocionais de voltar. Eu tinha medo de endurecer ou naturalizar, aqueles meninos saírem de lá e morrer. Eu não posso me acostumar com isso”.

Não se acostumar com situações de desrespeito fez parte de sua caminhada. “Eu nunca gostei de salto ou ter uma postura mais altiva, mas em determinados espaços parece que não respeitam, é uma confusão, sabe?” Sua postura mais dura havia de ser mantida tanto no Lar do Garoto quanto na Câmara Municipal: “Se eu não tivesse uma postura

“ Sempre vai ter o julgamento da nossa postura, mas eu entendi agora que eu não posso abrir mão. Não abro mão de colocar o que eu acredito

mais altiva, mais firme, não seria levada a sério. Tem essa história de ser mulher que está falando. No Lar Garoto também, mas na política não é diferente”.

Muitas vezes, conta Jô, a mulher é medida por uma régua diferente. “Sempre vai ter o julgamento da nossa postura, mas eu entendi agora que eu não posso abrir mão. Não abro mão de colocar o que eu acredito”. Com um *black power* e uma flor que virou sua marca, ela conta que chega abrindo seu espaço nos ambientes políticos, que ainda são majoritariamente masculinos. “Eu digo logo: quem quiser aparecer que saia de trás do meu cabelo. Porque eu não vou abrir mão para ninguém”.

Na tentativa de não endurecer, mas também não abrir mão do espaço coletivo, Jô Oliveira agora inicia seu segundo mandato, ainda planeja os próximos passos e se serão ligados ao campo das candidaturas políticas. “A cada passo que a gente dá, vai gerando outras demandas e abrindo outras frentes de luta. E a gente quer manter a capacidade de trazer temas que nem sempre estiveram na Casa [Félix Araújo] para lá ser esse espaço de interlocução”, explica a vereadora.

“Quando a gente diz que não anda só, é justamente de poder garantir essa incidência, sabe?



Apresentar projetos e discussões com outros sujeitos e entidades”. Apesar de seu nome ser cogitado para o mandato de deputada estadual, Jô explica que a preocupação agora é pensar na construção coletiva do segundo mandato. “Que bom que as pessoas já estão construindo essa trajetória, mas ainda tem o agora. Vamos combinar primeiro o agora e depois conversar com nossas frentes de apoio”. Ela explica que a expectativa não é apenas pessoal, mas também da equipe.

Seu percurso pelo legislativo é apoiado pela maioria, inclusive sua mãe. Já quando seu nome é cogitado para prefeita, sua mãe, dona Basta, opõe-se com veemência. “Ela diz: você pare com isso, viu? No máximo deputada, porque no executivo a pancada é diferente”. No entanto, sua mãe concorda que, apesar da forma como lidam com mulheres ser diferente no meio político, elas são danadas e que precisam testar e ocupar as diversas posições, pois é dessa maneira que a ampliação da participação das mulheres em espaços políticos acontece.

Dos movimentos sociais para os poderes públicos

Oriunda das comunidades populares da capital, a vereadora atuou no Orçamento Democrático e na gestão pública antes de chegar ao parlamento municipal

Texto: Marcella Alencar

FOTOS: LEONARDO ARIEL



Jailma Carvalho

Com o intuito de mostrar a importância do voto para as mudanças sociais, a pedagoga Jailma Carvalho provou seu ponto ao tornar-se a mulher mais bem votada para vereadora na Paraíba. Foram mais de 10 mil votos que a consagraram nessa posição, mas ela tem uma importância ainda maior por, de fato, ser alguém que vem dos chamados movimentos de base. “Iniciei minha construção política participando do Orçamento Democrático (ODE), que é um instrumento de participação popular”. Iniciou como voluntária ainda na adolescência, seguindo o caminho do seu pai, conhecido como Seu Dedeca.

Começou a atuar com mais força no campo político após o recebimento do diagnóstico de diabetes do seu pai, que o impediu de continuar sua profissão de pedreiro e sua luta política. Sua mãe, conhecida como dona Nides, matinha um comércio em casa, mas a renda gerada não seria o suficiente para sustentar a casa agora que seu pai precisaria cuidar da saúde.

“Cada um foi fazer o que pôde, não, é?”, conta Jailma, que tem mais dois irmãos que também se engajaram para fechar as contas de casa. “Negocie tudo. Vendi roupa de cama, mesa e banho, dei aula de reforço no contraturno ao estudo, vendi cachorro-quente”. Depois que terminou os estudos, resolveu participar mais ativamente do ODE. Participou das plenárias, das reuniões preparatórias, tudo junto ao seu pai. Passou a ser delegada e, logo em seguida, conselheira, representando a região.



Como elo entre sociedade civil e poder público, ela participou do ODE durante seu início do percurso na gestão pública. “Dentro do Orçamento, eu conheci um mundo repleto de possibilidades. Eu costumo dizer que, na comunidade, a gente vive em uma bolhinha e acaba acreditando que só tem aquela perspectiva”.

Jailma expandiu seus horizontes por meio dessa ferramenta de gestão e também quando entrou na universidade. “A educação me proporcionou ter mais perspectiva na vida também. Meu pai e minha mãe não tiveram muita oportunidade de estudar, mas sempre diziam que era um sonho ter um filho ou uma filha formada”. Emocionada, a vereadora fala da sua paixão pela área de Educação de Jovens e Adultos (EJA) justamente por acompanhar a jornada de quem não teve oportunidade de estudar em outra fase da vida.

Com os pés fincados nos movimentos de base e na educação, Jailma ascendeu na gestão pública, sempre em busca de congregar a educação e a política como fatores preponderantes para uma sociedade mais justa. Em uma parceria de trabalho com Tibério Limeira, exerceu a função de chefe de gabinete na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL), de chefe de gabinete de Tibério na Câmara Municipal e outras funções ligadas à gestão pública durante 15 anos de sua vida.

Um dos grandes desafios enfrentados em sua época na gestão pública foi encarar a pandemia de Covid-19. “Eu trabalhei sem parar

para implantar o programa que acolhe órfãos da Covid para receberem auxílio, pensamos junto ao governador em uma metodologia para tentar, naquele momento, dar suporte e fortalecer os pequenos empresários, microempreendedores e pequenos restaurantes”. Jailma demonstra uma grande preocupação também com as populações mais vulneráveis justamente por ter passado por determinadas dificuldades na sua infância

“ Iniciei minha
construção política
participando
do Orçamento
Democrático, que
é um instrumento
de participação
popular

“Como a minha base é muito de rua, de formação, eu não conseguia ficar ali parada só na parte burocrática. E aí a gente também fica tentando estar presente para que todo mundo sinta que estávamos juntos naquele momento”. Esse posicionamento ainda é muito comum no seu início de mandato como vereadora. Com o intuito de manter a equipe unida e com as pautas políticas em dia, Jailma iniciou seu mandato pensando ativamente em modos de estudar assuntos importantes para levar à Câmara Municipal de João Pessoa.

Acreditar na política

Acostumada a trabalhar sempre nos bastidores da política, Jailma conta que o que a levou a aceitar seu nome para vereadora foi a crença de que a política é um lugar fundamental para as mudanças, assim como foi para ela. “Foi a política que me oportunizou chegar aonde eu cheguei. Mas a população está muito desacreditada do processo político. Uma coisa que me marcou muito durante a campanha foi ver as pessoas dizendo que eu era só mais uma”. A vereadora conta que em uma das reuniões, alguém a explicou que um fenômeno atual é a demonização da política, que leva a crer que tudo dessa seara é negativo, coisa que ela não aceitava.

“No início eu chorei quase todas as noites, foi bem difícil. Muitas noites sem dormir também”. Ao relatar o processo que passou durante a campanha, Jailma também humaniza a política. “Olha, eu sei que eu sou humana, eu sei que vou errar. Isso faz parte do processo, mas eu vou saber reconhecer o erro, pois faz parte do processo”. A aprendizagem é contínua e foi durante a campanha também que resolveu mudar a metodologia para convencer a população da importância da atuação do seu grupo político. “Eu preferia ir em uma casa, dialogar com três ou quatro, mas que eu possa falar quem é Jailma, porque traz mais força do que estar na sua, fazendo porta a porta e sendo agredida”.

Não bastava apenas a vontade de atuar e a crença em uma política melhor. A vereadora destaca também a grande importância que sua equipe teve nesse caminhar, além do apoio de pai, mãe, irmãos e de Tibério Limeira, referência de gestão para ela. “A gente já vinha em um grupo que tinha referência esse processo de construção coletiva, de ouvir pessoas, de respeitar opinião, de falar de diversidade”. Em julho de 2024, Jailma iniciou sua campanha tendo como preceito a busca pelo respeito à diversidade e pela educação política.

 A educação me proporcionou ter mais perspectiva na vida também. Meu pai e minha mãe não tiveram muita oportunidade de estudar, mas sempre diziam que era um sonho ter um filho ou uma filha formada

Com um sucesso na campanha maior do que ela imaginava, ela relata que passou algumas horas desacreditada no resultado da votação final. “Eu recebi uma foto da tela do Tribunal Regional Eleitoral com a votação final e o nosso segundo lugar. Eu já não conseguia me mexer nem falar. Acho que papai do céu foi mais generoso comigo do que eu imaginava”. Ao cobrar-se o trabalho duro e contínuo que sempre realizou desde adolescente, ela projeta grandes planos com os quais já começou a trabalhar antes mesmo de tomar posse. “Isso me traz uma responsabilidade bem maior. Nós vamos fazer um grande encontro, chamar a população para dialogar, rodar as cinco zonas eleitorais”.

A oxigenação da política ajuda no processo de transformação, que é contínuo e envolve uma multiplicidade de vozes. Em João Pessoa, por exemplo, é importante ressaltar que, desde a redemocratização, Jailma Carvalho foi a vereadora mulher mais votada da Câmara. Mesmo assim, a representação feminina no legislativo segue muito baixa. Apenas duas mulheres figuram entre os 29 vereadores eleitos.

Mulheres no espaço público

A cota de candidaturas de gênero, no entanto, é determinada pela legislação eleitoral, sendo 30% o número mínimo de candidatas. Para dirimir parte do problema de representação e dados de mulheres na política, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possui um site específico que apresenta os dados brasileiros por estado. Na Paraíba, por exemplo, a sub-representação de mulheres acontece apenas no âmbito das candidaturas. Foram, em 2024, 33% de candidatas mulheres. Em contrapartida, o eleitorado feminino é maior que o masculino, tendo 53%. Esses dados têm incidência objetiva, mas também figuram na caminhada de mulheres como Jailma, que se sentia solitária dentro da Câmara.

“O machismo é forte e presente sempre, né? Na Câmara e no espaço público, também”. Ela relembra quando estava em campanha e que a maneira como era tratada mudava caso estivesse acompanhada de um homem. “Eu sempre acompanhei meu pai na feira e ele fazia campanha para mim. Lembro que, em uma situação que estávamos dialogando, meu pai falou e depois se afastou, e o rapaz com quem estávamos conversando veio falar comigo de forma mais agressiva. Expliquei que não tinha caído lá de paraquedas e pedi que respeitasse minha história”.

O respeito, no entanto, era maior quando ela estava com um homem. “Chegou o momento que a gente precisava mesmo estar acompanhada de familiares e amigos, porque percebi que quando ia só mulheres era um comportamento, quando ia com algum dos meninos, era outro”.

Assim como propôs estar nos espaços para dialogar, a atual vereadora fala que seu mandato está de portas abertas para receber sugestões a todo momento, dialogar com quem votou nela e também com quem não votou, pois o diálogo com todas as partes é sempre importante. Atualmente sua equipe tem trabalhado em qualificar e estudar sobre saúde mental, tema importante, sobretudo, no pós-pandemia. “Hoje nossa equipe está ali estudando para poder criar um projeto de lei que seja viável e que a gente possa defender o direito ao acesso à políticas de saúde mental”.

Ela relata casos de jovens em situação de vulnerabilidade que tiveram suas vidas afetadas por questões sociais. “Uma professora nos procurou para falar que uma aluna de uma comunidade chegou tendo uma crise de ansiedade no colégio e ela não sabia como acolher e teve que acionar o SAMU, por exemplo”. Ocupar o espaço público com debates importantes, como saúde mental, combate à intolerância religiosa e ao racismo, é uma das pautas que ela pretende levantar e que já vem trabalhando aos poucos no espaço que conquistou nos últimos 15 anos.



Na enxada e no afeto: um século de resistência

Com muita força e amor, a eterna diretora das Ligas camponesas, Elizabeth Teixeira, superou uma existência marcada por desencontros, perseguições e tragédias familiares, sempre engajada na luta pela terra

FOTOS: ACERVO PESSOAL

Texto: Marcella Alencar

“O desejo do meu pai era que eu nascesse homem; se eu fosse homem, ele tinha ficado satisfeito; sendo eu mulher, minha mãe conta que ele foi se adaptando”, conta a própria Elizabeth em um livro que narra sua história. Relançado em 2025 durante a comemoração do centenário da camponesa, que ainda é viva, a publicação *Eu Marcharei na Tua Luta* contextualiza os entraves políticos que ocorreram durante um dos maiores movimentos de luta por terra e melhores condições de trabalho, as Ligas Camponesas.

Elizabeth Altino Teixeira nasceu no dia 13 de fevereiro de 1925 em Sapé, interior da Paraíba, e em 2025 completou 100 anos. A idade avançada já é um desafio por si só, mas para a vida dela, foi ainda mais complicado. Seu nascimento aconteceu em um período que as ações das mulheres eram majoritariamente pré-definidas por figuras masculinas, como pais e esposos. A educação para as mulheres não era vista como essencial. Para o pai dela, Manoel Justino da Costa, bastava saber escrever o nome. Já para a filha, aquela quantidade de estudo não era o suficiente. Chorou ao ter que deixar o estudo formal no segundo ano primário.

A mãe de Elizabeth, Altina da Costa, também já viera de uma situação de opressão comum àquela época.



Elizabeth Teixeira

Elizabeth narra ainda o sofrimento da mãe foi intenso e que não pôde fazer nada naquele período para que a filha pudesse voltar a estudar. Em meio às dificuldades e à precária vida no campo, a campesina foi adquirindo uma sensibilidade perspicaz na infância e na adolescência. Acostumadas a serem propriedades tal qual a terra destinada à agricultura, as mulheres não tinham muitas opções: faziam aquilo que a figura masculina mandava diante das relações de poder normalizadas naquela época.

No entanto, Elizabeth já sabia que aquele não era seu lugar. Em 1940, quando tinha 15 anos, ela conheceu João Pedro Teixeira, amor que balizaria sua luta no campo e a libertaria — parcialmente — das amarras do seu pai. Com o pouco que sabia escrever, planejou sua fuga por meio de cartas para casar com João Pedro. No dia 10 de junho de 1942, fugiu, pois seu pai não

concordava com o casamento com um homem pobre e negro. Com isso, Elizabeth confrontava também o racismo e o preconceito de classe.

Em uma vida marcada por desencontros e tragédias familiares, Elizabeth Teixeira aprendeu com João Pedro a viver e permanecer na luta. Nascido em Guarabira, João Pedro Teixeira foi um dos fundadores, em 1958, da Liga Camponesa de Sapé (PB). Ele foi vice-presidente da liga, na qual atuou junto a Elizabeth no combate às desigualdades no campo, desafiando latifundiários da região. Em consequência da luta, João Pedro teve sua morte encomendada por donos de terras da região, deixando Elizabeth com 11 filhos.

“Eu marcharei a tua luta”. Em 1962, João Pedro foi assassinado e Elizabeth carregou esse lema com as dores de perder, além do marido, uma filha e um filho em razão dos problemas familiares que foram surgindo em decorrência da luta por uma vida mais digna para o povo do campo. Sua filha, logo após a perda, cometeu suicídio por não conseguir lidar com a morte do pai. Já um dos seus filhos morreu na década de 80 em uma briga entre irmãos por terras de uma fazenda.

Elizabeth assumiu a diretoria das Ligas Camponesas de 1962 a 1964 e nunca fugiu da luta, mas teve que fugir da morte em diversas situações. Foi presa, teve que se exilar, foi obrigada a deixar e entregar os cuidados de seus filhos a outras pessoas para que eles pudessem sobreviver, por causa das ameaças que recebeu na vida. Mudou de nome e teve que sumir. Sua história é relatada no filme *Cabra Marcado para Morrer*, do cineasta Eduardo Coutinho, que também teve sua filmagem interrompida durante a Ditadura Militar por ameaças e perseguição.

Com 100 anos de vida, é impossível resumir a história de Elizabeth sem entrar nos meandros de sua trajetória. Cada situação compõe um cenário complexo, que envolve questões de gênero, classe e raça. Durante a ditadura, Elizabeth viveu a repressão da pior forma possível: teve que abrir mão da convivência com seus filhos, foi presa, teve sua casa incendiada, mudou de nome e passou a viver como “Marta”, nome de uma de suas netas.

Marta da Costa, inclusive, esteve na comemoração do centenário de Elizabeth Teixeira, realizado entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 2025. Durante os três dias, a família de Elizabeth e ela estiveram reunidos na Fazenda Antas, lugar onde residiu e que foi palco de conflito, que durou até este ano, quando foi anunciada, finalmente, o direito à titularidade do lugar. Depois de mais de 60 anos, enfim, a luta da Fazenda Antas findou.

Em entrevista, Marta falou sobre sua avó e em que situação a conheceu. “Eu a conheci quando vim para o aniversário dela de 70 anos. É uma dor muito grande não ter convivido com ela”. Ela relembra ainda que o período da ditadura tirou o direito de uma convivência familiar entre todos. “A ditadura militar tirou o nosso direito de sentar, de ouvir as suas histórias e de estar em família, sabe? Minha mãe sofreu muito, minhas tias também. Mas tudo tem um propósito, né? Hoje minha avó é um exemplo de luta e resistência e está aí, o legado dela vai ficar. E por anos eu vou lembrar do que amor ao próximo e do que ela fez na luta”, conta emocionada.

A Fazenda Antas atualmente já é o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Mas finalmente, após a compra oficial das terras, 30 famílias serão assentadas no local, que será nomeado de Assentamento Elizabeth Teixeira em homenagem aos mais de 60 anos de luta.

Reconstruir a história

A memória das ligas camponesas da Paraíba confunde-se com nomes de mulheres que encabeçaram essa luta pela busca do direito à terra para plantar, colher e vender o que se produz. Não à toa outra grande mulher esteve à frente também da luta por terra em Alagoa Grande. Margarida Maria Alves, assim como Elizabeth, lutou pelo direito à terra, às férias, à licença maternidade, coisas que não eram acessíveis às mulheres do campo naquela época. No entanto, a história de Margarida findou com sua morte — encomendada como foi o caso de João Pedro — em 1983.

Apesar de Margarida Maria Alves não ter tido a sorte de permanecer viva pela luta, sua história já faz parte da memória das mulheres do campo, assim como a de Elizabeth Teixeira. Resgatar essas narrativas é reconstruir a história oficial e lembrar que as experiências pessoais dolorosas fazem parte de uma luta coletiva por melhores condições de vida.

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, localizada em Sapé, na antiga fazenda em que residiram Elizabeth Teixeira e João Pedro, é um dos instrumentos importantes para a manutenção da memória da agricultura familiar e do campesinato. Alane Lima, presidente do Memorial das Ligas Camponesas, explica a importância do lugar: “É preciso garantir que nossa memória permaneça como forma oficial e não de maneira marginalizada, uma memória que não é colocada apenas como aquela que está lá, pequenininha”.



Para Alane, é preciso admitir e localizar o contexto de luta de Elizabeth, pois era um período que não era admissível uma mulher assumir e tomar a liderança de um movimento que tinha como pauta principal a terra. “Ia de encontro, inclusive, ao que sua família prezava. Quando ela luta pela terra, ela luta automaticamente contra a estrutura do seu pai. Então Elizabeth traz essa quebra de paradigmas, de que é preciso a gente enfrentar, mesmo quando a gente acha que não nos cabe”.

Enfrentando a estrutura familiar tradicional e imposta, Elizabeth redireciona sua história. “Confronta uma estrutura extremamente patriarcal e machista de cabeça erguida, rompendo todos os paradigmas que são colocados, que obrigavam a mulher a assumir um papel dentro de casa”. Com isso, Alane acredita que o papel da mulher é também ocupar espaços de construção de políticas, explicando que Elizabeth fez isso de forma grandiosa ao ponto de negar a si mesma em dedicação ao campesinato.

Memória que frutifica

Memória é disputa de narrativa que se enraíza na experiência de vida das pessoas. Com ajuda da família e dos companheiros camponeses, Elizabeth

pôde reconstruir sua história e ver frutificar parte de sua família. Ao final da ditadura, pôde finalmente viver novamente como Elizabeth e não mais como Marta, vislumbrando uma outra realidade, que hoje é cultivada pelos netos, bisnetos e tataranetos.

Com clareza que as dores não se apagam, Lian Gaia, bisneta de Elizabeth Teixeira é ciente de que o tempo não ameniza os anos de problemas enfrentados pela família. Lian mora no Rio de Janeiro, mas desde criança já sabia da história da sua bisavó, contada pela mãe. Com certa revolta, resolveu pesquisar mais a fundo. “Quando eu comecei a fazer uma pesquisa um pouco mais oral dentro da minha família de entender a história da minha bisavó, de porque nós somos assim mais empobrecidas”.

Para ela, é importante romper ciclos de violência e de assassinatos na família e compreender também o papel que o território tem na memória coletiva. “Infelizmente Elizabeth é uma pessoa que teve sua ancestralidade e sua terra negada, mas todos aqui têm a consciência de que são corpos afro-indígenas, que vêm de um território sagrado, que até hoje tem os seus conflitos desde a colonização. Mas é preciso fazer com que a gente dê frutos e tenha vida daqui para frente”. Essa é a expectativa que os descendentes de Elizabeth Teixeira têm para um futuro melhor.



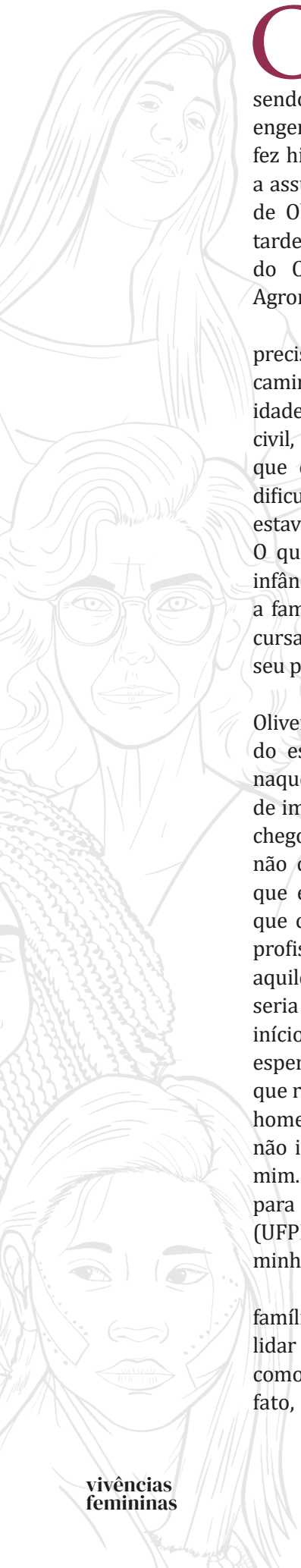
Simone Guimarães

FOTOS: LEONARDO ARIEL

Mudando o conceito das obras públicas

Superintendente da Suplan criou projeto que embeleza os equipamentos públicos com o uso de cores variadas

Texto: Maria Beatriz Oliveira



Como muitas histórias contadas neste suplemento, a de Simone Guimarães também começa com ela sendo a primeira de sua posição. Em 2015, a engenheira civil nascida em Campina Grande fez história ao tornar-se a primeira mulher a assumir a Superintendência da Autarquia de Obras da Paraíba (Suplan). Anos mais tarde, também se tornou vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (CREA –PB).

Diferentemente de alguns que precisam de tempo para encontrar seu caminho, Simone, desde os quatro anos de idade, sabia que iria se tornar uma engenheira civil, muito antes de mesmo entender o que essas duas palavras significam. Se a dificuldade de encontrar-se no mundo já estava sancionada, a de ser apoiada não. O que nunca foi levado a sério durante a infância tornou-se uma dor de cabeça para a família conforme ela crescia e a ideia de cursar engenharia continuava insistente em seu pensamento.

Apesar de ser filha de Isabel Cristina Oliveira Coelho, professora de história do estado, algo atípico para uma mulher naquela época, a mãe e o pai não aprovaram, de imediato, a escolha de Simone. “Meu pai chegou a cursar engenharia elétrica, mas não concluiu. Ele tinha um amigo, André, que era engenheiro do Banco do Brasil e que contava histórias sobre o dia a dia na profissão. Eu acabei me apaixonando e levei aquilo, desde pequenininha, para o coração: seria engenheira civil. Mas não foi fácil no início; quando disse para minha família, não esperava uma reação tão negativa como a que recebi. Disseram que era um curso para homem, que não era lugar de mulher, que não ia ter trabalho em lugar nenhum para mim. Mas eu bati o martelo e fiz o vestibular para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 1991 e passei. De lá para cá, minha vida foi o estudo”, narra Simone.

Após enfrentar a resistência da família, a superintendente ainda precisaria lidar com o ambiente universitário que, como os pais a haviam alertado, era, de fato, predominantemente masculino.

“A própria universidade é muito misógina e segregadora. Era um ambiente hostil com as mulheres, não sei se hoje ainda é, mas na minha época era bastante. Quando terminei a graduação, estava doida para fazer um mestrado em Geotecnia, mas tinha acabado de dar à luz a minha filha Isabele, tive depressão pós-parto e, quando fui me inscrever, o professor olhou para mim e disse que minha nota era boa, mas que eu não tinha condições para estudar porque já era casada e mãe, me disse que eu não me encaixava no perfil de quem ele queria na pós-graduação. Isso me fez sentir um pouco de desgosto da UFPB, porque a universidade era para ser aquele local onde todos são acolhidos e eu não fui”, relembra.

A área da geotecnia, ciência que estuda as reações do solo e das rochas às intervenções humanas, continuou sendo uma paixão de Simone e, em 1997, junto ao seu marido, ela abriu uma empresa do ramo, na qual permaneceu até 2003. Depois, a engenheira passou para a iniciativa privada, atuando na construção de galpões industriais, residências e reformas. Até que, em 2011, recebeu a oportunidade de trabalhar na Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (Cinep).

“Uma tia do meu esposo disse que estavam precisando de um currículo de engenheiro na Cinep, onde ela trabalhava. Fui entrevistada, aprovada e comecei a trabalhar. Em uma semana de trabalho, eu fiz o serviço que tinha lá para três meses. Aí fui pedir minha exoneração porque não tinha mais o que fazer e o RH me nomeou gerente do Patrimônio Imobiliário. Fiquei um ano na Cinep e, nesse período, desenvolvemos o distrito industrial das sistemistas da Fiat quando elas vieram se instalar aqui em Goiana (PE). Fizemos também uma parceria com o Governo do Estado de Pernambuco e, quando terminamos, fui para uma reunião na Granja Santana com o governador João Azevêdo que, na época, era secretário de Infraestrutura da Paraíba. Então, em 2012, fui convidada para ser a primeira diretora técnica da Suplan, onde estou até hoje”, detalhou Simone.

História na Suplan

Poucos meses depois de assumir a diretoria, devido a rompimentos políticos, Simone foi promovida a chefe de gabinete e, posteriormente, a gerente regional no Sertão paraibano. No entanto, em janeiro de 2015, após passar três anos atuando como gerente regional de Cajazeiras e Campina Grande, Simone foi nomeada superintendente da Suplan, tornando-se a primeira mulher a alcançar a posição mais alta do órgão.

“Fizeram uma festa bonita para mim, também me deram um quadro muito lindo de presente. Mas eu acredito que a história toda começa com humildade. Tudo começa com você ser resiliente, porque tudo na vida é um aprendizado, cada fase foi o que fez com que eu me relacionasse bem com as pessoas aqui dentro e é por essa razão que a gente consegue desenvolver tanto. Ao todo, são 1.029 obras entregues de 2015 até agora. É muita coisa para comemorar”, afirma.

Porém, para alcançar resultados tão exitosos à frente da Superintendência da Autarquia de Obras da Paraíba, foi necessário mudar a cultura dos servidores e dos serviços que eram prestados. “O grande desafio aqui como superintendente, ao longo desses 10 anos, foi nós mudarmos o pensamento de que obra pública tem que ser aquela obra cimentícia. Aquelas construções sem cor, sem vida. O desafio maior foi implementar a visão de que a obra pública deve ser melhor do que a privada. Nosso grande legado foi melhorar os aspectos construtivos”.

Sendo uma amante da arte moderna e pintora de telas no tempo livre, Simone resolveu unir o *hobby* ao trabalho, criando o projeto Cores que Dão Vida. “Em 2014, quando ainda era diretora técnica, eu já pintava as escolas, mas foi em 2015 que passei a ousar mais trazendo as obras de Mondrian para dar personalidade às escolas estaduais”, comentou.

Mas não foi só a educação que recebeu mais beleza sob a gestão da engenheira civil, o Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, por exemplo, inaugurado em 2018, também expõe em suas alas pinturas e obras de arte.

“Na minha casa não há parede sem telas. Eu já desenhava, mas comecei a pintar em tela faz mais de 15 anos. Gosto muito de Romero Brito, de Clóvis Júnior, de Flávio Tavares, não precisa ir muito longe para pegar inspirações. A partir disso, conseguimos mudar também a forma dos nossos técnicos e construtores verem como se faz obra pública. Eu sempre digo para os meus fiscais, que são aqueles que estão executando a obra: construa como se fosse para o seu filho. O patamar é esse, tem que ser muito bom”, ressaltou Simone.



Conquistas e futuro

Não somente Simone implementou a ideia de tornar os espaços públicos locais belos e convidativos, mas também precisou modernizar os processos da construção civil. “Além de melhorarmos os aspectos construtivos, trouxemos também o BIM, que significa *Building Information Modelation*, ou seja, Modelagem da Informação da Construção em português. É uma plataforma em que você faz todos os seus projetos de maneira digital e os compatibiliza, evitando erros futuros e possíveis mudanças de projeto em construções em andamento. Você consegue, de tal forma, modelar a obra de maneira virtual para que a construção saia perfeita”, explicou a superintendente.

Mesmo com a rotina exigente de trabalho, ela acredita que sempre deve-se construir espaço para o descanso, seja por meio da pintura ou de momentos com os filhos. Mas, apesar de ter uma carreira consolidada na profissão que, desde criança, sonhou em exercer, Simone não se enxerga parando de buscar crescer ainda mais e tem planos para retomar os estudos acadêmicos.

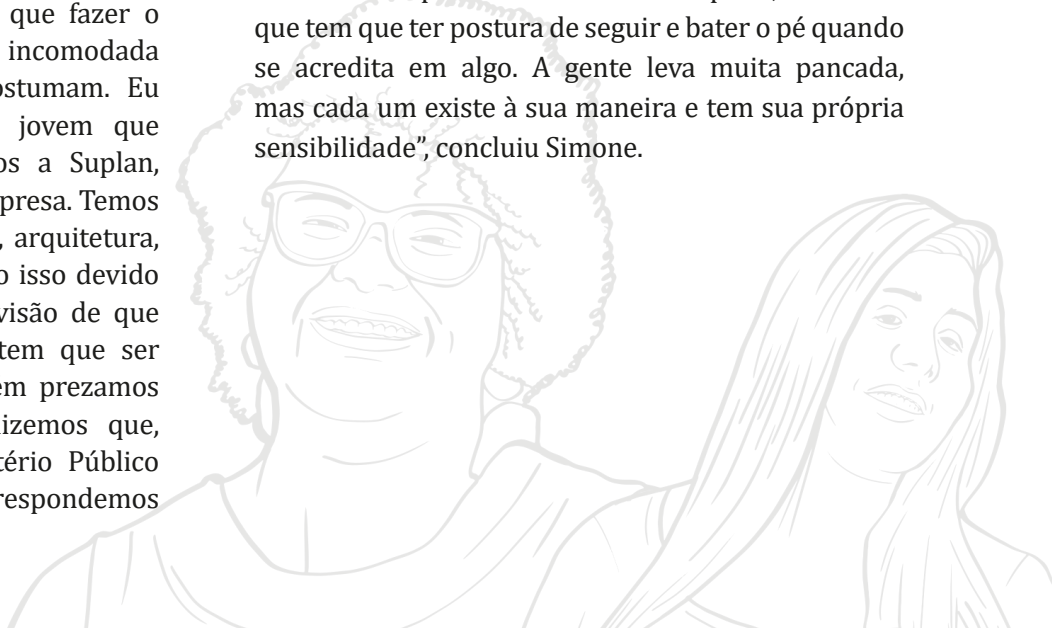
“Eu amo história e arqueologia, acho que muito por conta da minha mãe. Eu penso que vou fazer o curso de Arqueologia também e depois uma pós.

“Não importa de onde você veio, sua origem, sua cor, sua opção sexual, seja um ser humano ético e bom. Você não precisa derrubar ninguém para alcançar algo

Em breve vou estar de short escavando as coisas porque a gente tem que fazer o diferencial nessa vida. Eu sou incomodada com como as pessoas se acostumam. Eu digo muito para essa turma jovem que trabalha comigo que mudamos a Suplan, agora somos realmente uma empresa. Temos setores de projetos, orçamento, arquitetura, levantamento, fiscalização. Tudo isso devido ao nosso diferencial de ter a visão de que obra pública é coisa séria e tem que ser melhor do que privada. Também prezamos pela transparência, sempre dizemos que, a qualquer hora que o Ministério Público solicita alguma informação, nós respondemos no mesmo minuto”, declarou.

Atualmente, no estado, há 126 obras em andamento, entre elas o Hospital da Mulher e o Centro de Convenções, ambas em Campina Grande, além do Hospital de Trauma do Sertão, a Cidade da Astronomia em Carrapateira, o Polo Turístico Cabo Branco e tantas outras. Somente no mês de março, 31 empreendimentos serão entregues à população. O objetivo é entregar anualmente, no mínimo, 70 construções. Algo que Simone encara com o dizer: “Persevere e nunca me diga que algo é impossível”, afirmativa que ela aplica na vida como um todo.

“Não importa de onde você veio, sua origem, sua cor, sua opção sexual, seja um ser humano ético e bom. Você não precisa derrubar ninguém para alcançar algo. Me disseram que eu ia ser uma engenheira de fogão quando comecei e eu poderia ter desistido de tudo, mas não estaria aqui hoje, ou seja, o mais importante é não desistir. Siga seus sonhos. Persevere. Tenha fé. Eu sou prova viva disso. A família sempre vai estar dentro do peito, mas creio que tem que ter postura de seguir e bater o pé quando se acredita em algo. A gente leva muita pancada, mas cada um existe à sua maneira e tem sua própria sensibilidade”, concluiu Simone.



Resiliência e dedicação como marcas da trajetória

O movimento estudantil foi decisivo na sua formação política, crítica e social em prol dos trabalhadores e das pessoas menos favorecidas economicamente

Texto: Marcella Alencar

FOTOS: ARQUIVO JORNAL A UNIÃO



Giucélia Figueiredo

Filha de um motorista e de uma dona de casa, Giucélia Figueiredo nasceu e cresceu em Bayeux, município da Região Metropolitana de João Pessoa. Vinda de uma família humilde, aprendeu desde cedo que o estudo seria a única forma de romper as barreiras sociais impostas pelo ambiente em que cresceu. “Nosso lema era estudar como única saída para sobreviver num ambiente adverso, onde as estatísticas já apontavam para índices sociais baixos”, relembra.

Ainda na adolescência, trabalhou como feirante entre os 13 e 15 anos para ajudar no sustento da família e garantir a própria educação. A experiência não apenas a fortaleceu, mas também moldou a resiliência que carregaria ao longo da vida. “Tenho como base essa minha origem, que muito me orgulha e me deu estrutura para enfrentar os desafios que viriam”, afirma.

Sua trajetória acadêmica começou em 1978 quando ingressou no curso de Engenharia Agrônoma, na tradicional Escola de Agronomia da cidade de Areia, na Paraíba. Ali, além da formação técnica, encontrou no movimento estudantil um espaço de construção política e social. “Foi no movimento estudantil que compreendi nosso papel na sociedade e como exercer minha profissão em prol da melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural e da sociedade como um todo”, conta.

Ao longo dos anos, Giucélia consolidou-se como uma liderança na engenharia, na política paraibana e ocupou cargos de destaque como a presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (CREA-PB), sendo a primeira mulher a comandar a instituição no quadriênio de 2012 a 2017.

“Eu tive a honra de ser a primeira mulher a dirigir alguns espaços de decisão. Presidir e representar todos os profissionais da engenharia foi uma honra e um grande desafio”. A preocupação de Giucélia, em sua gestão, era não errar e “mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser”.

Mulheres na Engenharia

Ser mulher em um ambiente dominado por homens nunca foi fácil e, há mais de 30 anos, quando Giucélia iniciou sua carreira, os desafios eram ainda maiores. “Se hoje ainda enfrentamos dificuldades, imagine naquela época. Era muito penoso, mas ao mesmo tempo muito desafiador”, relata.

Durante a faculdade, percebeu que sua atuação não poderia se limitar ao exercício profissional. “Além de ser uma boa engenheira, eu teria que me colocar à disposição da construção de uma sociedade justa e igualitária”, explica. Foi assim que começou sua luta pela participação das mulheres na engenharia e em espaços de decisão.

Quando disputou a presidência do CREA-PB, sabia que não poderia errar. “Teria que ser referência para outras mulheres, aumentar a participação feminina no Conselho profissional”, enfatiza. Seu objetivo era transformar o Conselho em um instrumento real de valorização profissional e de serviço à sociedade, superando a burocracia e garantindo que a engenharia estivesse ligada diretamente à qualidade de vida da população paraibana.

Hoje, como conselheira federal no Conselho Federal de Engenharia e diretora nacional da MÚTUA — Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA, Giucélia continua abrindo caminhos para que mais mulheres ocupem espaços estratégicos. “A etapa de provar que somos capazes e competentes já passou. Agora é protagonizar e ocupar os espaços”, afirma.

Desafios e avanços

A luta das mulheres conquistou avanços inegáveis, mas a caminhada está longe de terminar. “O combate cotidiano contra a violência, o feminicídio e a desigualdade salarial são desafios que seguem exigindo resistência e organização”, destaca Giucélia. Para ela, a participação política feminina e a conscientização



coletiva são ferramentas essenciais para a construção de uma sociedade mais justa. “O silêncio pode nos tornar invisíveis, e invisibilidade nunca foi uma opção”, reforça.

Ao longo da vida, enfrentou inúmeras barreiras por ser mulher; nordestina, paraibana e de origem humilde. “Nunca existiram facilidades, mas sempre tive a certeza de estar do lado certo da história”, conclui. A trajetória de Giucélia Figueiredo mostra que mulheres na engenharia não precisam ser a exceção, embora ainda haja muita luta a ser construída nesse percurso para que as mulheres sejam educadas para esse campo de atuação.

Participação social como prioridade

Com formação e atuação técnica em Engenharia Elétrica, a gestora age cotidianamente para combater a desigualdade social através das políticas públicas

Texto: Marcella Alencar
Emerson da Cunha

FOTOS: LEONARDO ARIEL



Emília Correia de Lima

Natural de Queimadas, radicada campinense. Filha de Maria de Lourdes Barbosa Correia Lima e Antonio Correia Lima. Engenheira elétrica de formação, carreira política por necessidade. Atual presidente da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), Emília Correia Lima tem um jeito enfático de dizer as coisas e não poupa muitas papas na língua. Ao longo de sua trajetória, pôde exercer essas características nas escolas tradicionais, no movimento estudantil, na universidade, nos movimentos sociais de habitação e nos partidos políticos; e também a fez ter amigos como o governador Antonio Mariz, e a acessar o Poder Executivo durante os primeiros mandados do presidente Lula. “É, tenho cara de braba, mas é para a necessidade de se impor como mulher, porque senão as pessoas não levam em consideração”, reconhece Lima.

Apesar de ter formação e atuação técnica em Engenharia Elétrica, pelas quais é reconhecida, Emília preza pelas suas ações tanto na participação social e contra a desigualdade, mas também por pequenas atitudes prosaicas, cotidianas, que reafirmam e ocupam seu lugar como mulher em um período em que o acesso a direitos e a violência de gênero eram temas



que não estavam na agenda pública. “Eu não fui criada para casa, como eu vejo, na minha época, e antes tinha muito isso. Eu fui criada para raciocinar. Então, a gente tinha cobrança em casa de estudo igual. O papel dele [do pai] era dar o estudo, depois era com a gente. Então, tanto para mulher como para homem, eram seis, dois homens, quatro mulheres e todos tanto para homem quanto para mulher era basicamente o mesmo tipo. Com a exceção de mulher ter que lavar os pratos e desse negócio que menino tinha que fazer coisa para fazenda, o restante era igual”, conta Lima.

A forma de se viver mais igualmente ia para além do próprio núcleo mais fechado da família, e se expandia mesmo pelas mulheres ao seu redor. Ela reconhece que, em termos de formação política, a tia Maria Dulce Barbosa foi uma das primeiras a lhe servir de exemplo. “Ela foi prefeita de Queimadas. A primeira prefeita mulher do Nordeste. Terceira do Brasil. Na época, ela ganhou para Major Veneziano, avô do [senador]

Veneziano. Eu lembro que eu acompanhava, era o período de 64, eu tinha 5 anos por aí, eu andava com elas”. Mas também havia a irmã mais velha: “Germana, que é 10 anos mais velha do que eu, em 1968, fez parte dos movimentos, aliás, teve que se esconder um tempo, porque os militares estavam à procura dela, porque era líder”, recorda Correia.

Após passar por colégios mais tradicionais da cidade de Campina Grande na década de 1960 e 1970, ela viria a cursar Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pelo qual viria a ocupar a presidência do recém-criado Diretório Central de Estudantes (DCE). “O DCE estava fechado por conta da ditadura. Então a gente fez o movimento e reabriu. Depois de reabrir o diretório, eu fui ser presidente. A reitoria não tinha medo, não era muito reacionária. E você dentro da universidade tem um clima muito bom de discussão. Os reacionários não tinham muito espaço. A gente começou a fazer movimentos, depois os professores. Desde o primeiro momento, já tinha um pessoal do terceiro ano



“Tenho cara de braba, mas é para a necessidade de se impor como mulher, porque senão as pessoas não levam em consideração

que começou o movimento, então eu me juntei e a gente reabriu o diretório. Foi 1975, mesmo”, conta a engenheira elétrica.

Foi nessa época também que atuou nas juventudes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Entre as atividades, estava a realização de um curso de duração de um ano na antiga União Soviética bancado pelo PCB em plena Guerra Fria. Como estava casada e com filha, ele tomou uma decisão que poucas mulheres poderiam bancar ou ter apoio na época. “Me casei uns 3 anos, 4 anos depois eu tive Maria Júlia. Aí fui trabalhar. Depois da faculdade, fiquei nos movimentos, passei um ano na ex-União Soviética. Experiência incrível. Fui fazer curso de política. Passei esse ano na União Soviética, e minha filha ficou aqui

no Brasil, com o pai. Recebi a crítica do mundo todo. Unanimidade, todo mundo contra mim, né? Hoje é mais incentivado do que era. Você imagina o choque da família!”, lembra a presidente.

Ela também decidiu, em um período em que essa atitude não estava muito em voga, por manter o nome de solteira como o nome de pós-casada, sem adicionar os sobrenomes do então marido. “Nunca mudei o nome. E hoje faço política de ninguém mudar. Isso é uma herança de que você passa, sai da propriedade de um, passa a ser a propriedade de outro. Você é você! Independente do amor, do que se junte, não é para se pegar o nome da família do outro. Não, você tem família! E eu não recebo essa ideia muito bem. O trabalho que dá para tirar. Eu não queria nada, meu nome era meu nome, era eu”, defende Emília.

Ser mulher na CEHAP

Essa não é a primeira presidência de Emília na CEHAP. Ainda em 1995, ela foi nomeada pela primeira vez presidente do órgão, quando ficou até o ano de 2002, quando saiu para ocupar o cargo de diretora habitacional e de secretária adjunta no Ministério das Cidades nos primeiros mandatos do governo Lula. Ela foi, então, a primeira mulher presidente do órgão. “Eles tiveram que aprender que mulher sabe administrar e sabe se impor. Engraçado, no centro público, antigamente, mulher só ia para área de assistência social, secretária. Aí eu fui presidente, começaram as mulheres a virem, ‘aquele local pode ter mulher como presidente’, depois que uma vai, tira a virgindade da instituição, aí o pessoal não pode dizer mais que ‘mulher não dá para aquilo’”, coloca Emília.

Comentários políticos

Atualmente Emília continua ocupando o espaço político partidário de que já fez parte, dessa vez na legenda do PSB. Nos últimos anos, foi até candidata a vice-governadora, a deputada e a vereadora. Mesmo fazendo parte desse universo – ou talvez por isso mesmo –, ela não passa a mão quando é hora de falar as conjunturas políticas

partidárias atualmente no Brasil. “Os partidos hoje não estão militando. Você não tem estrutura oficial de partido. Você não tem vida militante dentro do partido. O que a gente tinha, mesmo os partidos mais dissidentes, você tinha uma vida militante dela. Por exemplo, hoje em dia o que é que você está defendendo? Se é a favor ou não, de Lula, etc. Mas quais são as bandeiras? Então, cada partido tinha a sua bandeira que se colocava mais e votava, se organizava, fazia a união, criava sua ala jovem. Tinha uma vida partidária interna, não é a negação da eleição. Luta política bem definida, coisa que não se tem hoje”, defende Correia..

A forma como as juventudes hoje organizam (ou não) as suas lutas também é algo que mais “indigna” o lado político e militante de Emília. Para ela, há um pensamento uniforme de naturalização da democracia, e que não se reconhecem mais aqueles e aquelas que lutaram, se prejudicaram e morreram na luta contra a ditadura. “O pessoal entra hoje na universidade e acha que foi por mérito. É mérito de você estudar e ter, mas quem conquistou a oportunidade e aquela cadeira foi o movimento. Ninguém tem mérito só. Você só consegue ter mérito se você tem a oportunidade de ter mérito. E a oportunidade de ter mérito é conquistado pela coletividade. E é isso que hoje em dia o pessoal esqueceu. E é por isso que é tão fácil a tirania, o fascismo chegar e porque não tem ninguém defendendo. O pessoal apenas se assusta, não sabe o que é isso. Chega acabando com todas as conquistas da civilização, porque o fascismo de extrema direita hoje está acabando com as conquistas da civilização. E ninguém está reagindo porque foi acostumado em cima do mérito, o ‘eu’ só existe se tem oportunidade”, finaliza.

“Ninguém tem mérito só. A oportunidade de ter mérito é conquistado pela coletividade”



Foco como característica das iniciativas cotidianas

A engenheira civil e atual secretária executiva de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos ressalta que a sua área de trabalho ainda é um ambiente muito masculino

Texto: Marcella Alencar

FOTOS: ARQUIVO JORNAL A UNIÃO

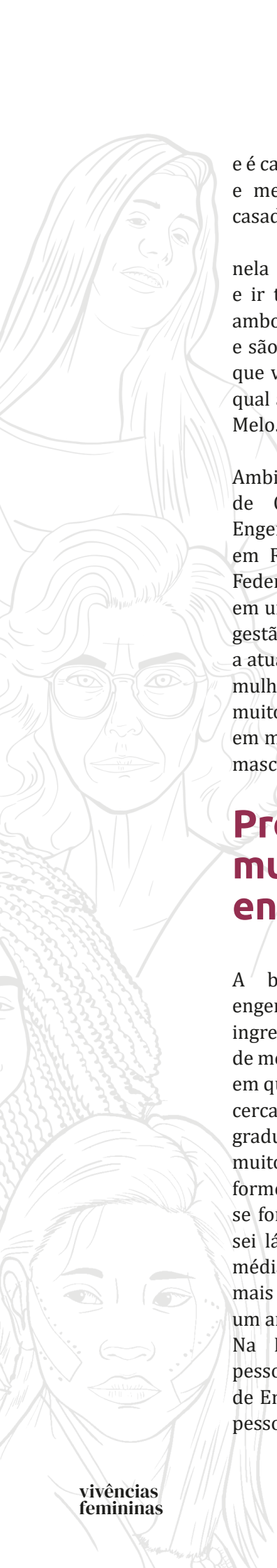


Virgiane da Silva Melo

Campinense, que estudou sua vida toda na Serra da Borborema, Virgiane da Silva Melo iniciou sua carreira profissional focada na universidade “Desde criança eu já sabia. E eu costumava até brincar na universidade, porque eu dizia que se eu não fosse engenheira civil, eu acho que eu ia vender coentro na feira”, brinca. Ela sabia desde cedo que queria seguir pela engenharia civil. Sempre dedicada, participou de projetos de iniciação científica durante a graduação.

A atual secretária Executiva de Estado da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos sempre teve vontade de crescer profissionalmente com o foco e a tranquilidade que lhe é comum. Filha de Ariosto Melo e Ana Virgínia da Silva, ela e seus dois irmãos resolveram seguir pelo caminho da engenharia. Seu pai trabalhava com loja de autopeças no comércio de Campina Grande e sua mãe trabalhou em casa, garantindo o suporte familiar necessário para que todos crescessem juntos e bem.

Como foco sempre foi uma característica comum ao seu cotidiano, ela conta que até sua vida amorosa seguiu este mesmo caminho “Lá em casa tem essa peculiaridade. Eu sou casada com um engenheiro civil, minha irmã é engenheira de materiais



e é casada com um engenheiro de materiais e meu irmão é engenheiro eletricitista e casado com uma engenheira eletricitista”.

Seu marido, inclusive, se inspirou nela para deixar a área de contabilidade e ir trabalhar na engenharia. Atualmente ambos são engenheiros e trabalham na área e são pais de uma menina de quatro anos, que vive em um cotidiano harmonioso, tal qual a fala e a maneira de agir de Virgiane Melo.

Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande, doutoranda em Engenharia Civil e Ambiental com ênfase em Recursos Hídricos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pós graduanda em uma ferramenta importante na área de gestão a Building Information Model (BIM), a atual secretária é uma exceção entre mulheres paraibanas que cresceram com muito trabalho e que tiveram oportunidades em meio a um ambiente que ainda é muito masculino, como o da engenharia.

Presença de mulheres nas engenharias

A baixa presença de mulheres na engenharia, na realidade, é um reflexo do ingresso de mulheres nos cursos de exatas de modo geral. Virgiane conta que na época em que concluiu engenharia civil, em 2009, cerca de 0,2% das formandas. “Na minha graduação eram pouquíssimas mulheres, muito poucas mulheres, e quando eu me formei, eu acho que só tinha duas mulheres se formando, só eu e mais outra no meio, sei lá, de 20 homens se formando, numa média de 20 homens se formando, eu e mais outra éramos as únicas. E realmente é um ambiente muito masculino”.

Na Paraíba, por exemplo, de 13.222 pessoas cadastradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, apenas 2.827 pessoas são mulheres, o que significa

●● Lá em casa tem essa peculiaridade. Eu sou casada com um engenheiro civil, minha irmã é engenheira de materiais e é casada com um engenheiro de materiais e meu irmão é engenheiro eletricitista e casado com uma engenheira eletricitista

21,38% do total. É neste montante que Virgiane Melo está. Ela conta ainda que, dentro da secretaria ao qual está vinculada, não há mulheres engenheiras no quadro de efetivos. Mas também que isto não interfere em nenhum momento na sua relação com os demais companheiros de trabalho.

“Acho que quem enfrenta uma realidade com mais preconceito são aquelas mulheres que estão em frente da linha obra, eu acho que é mais pesado”, explica. Na secretaria de infraestrutura, no entanto, o ambiente sempre foi muito harmonioso desde o início, quando ela começou. “Assim, uma mulher que chegou aqui sem saber fazer nada, sabe? Eu fui progredindo. E assim, meu processo aqui foi longo, em junho, faço 15 anos e fui evoluindo com o meu trabalho, realmente, porque eu sempre me dediquei”.

Crescer com a secretaria

No início, quando entrou na secretaria em 2010, a atual secretária executiva conta que ainda estava em um cargo baixo. Quando estava finalizando o mestrado, surgiu uma oportunidade para

atuar na secretaria. “Tinha uma moça que assessorava o secretário, que era Francisco Sarmiento, na época. Eles estavam para abrir um projeto chamado Caminhos da Paraíba”. Com a necessidade de contratar um engenheiro, a vaga foi anunciada nos quadros da UFCG. “Eu estava doida para ir para o mercado de trabalho, porque eu saí da graduação direto para o mestrado, então a pessoa passa muito tempo na pesquisa”.

Ela brinca que entrou na secretaria em época de eleição e mudança de gestão. “Eu costumo dizer que eu entrei aqui sem saber o que era um ofício e o memorando e qual era a diferença entre os dois. Confesso que não sabia qual era a diferença entre os dois, justamente por passar muito tempo só na academia”. Virgiane, então, começou a ganhar maturidade no contexto do trabalho.

“Eu estava doida
para ir para
o mercado
de trabalho,
porque eu saí da
graduação direto
para o mestrado,
então a pessoa
passa muito tempo
na pesquisa

“Aí em janeiro de 2011, João Azevêdo chegou aqui, ele praticamente não fez mudança na equipe. Mantive muita gente e os técnicos principalmente, né?”. Contando que foi nesse contexto que começou a trabalhar com atual governador. Por intermédio de Guarany Viana, professor da UFPB que atuou também no governo. “Foi assim que foram identificando essa minha vontade de crescer”. Foi desta maneira que Virgiane passou de assessora técnica a secretária executiva.

“Comecei a trabalhar muito com o doutor Guarany, que era nosso chefe de gabinete. Aí João Azevêdo foi me puxando para trabalhar direto com ele”. A secretária diz ser suspeita de falar sobre o atual governador, por quem tem muita admiração “Ele foi meu grande mestre, meu grande professor e espelho profissional. Aprendi muito”. Após passar pela gerência de planejamento, Virgiane foi progredindo para o atual cargo.

Com uma trajetória tranquila dentro da secretaria, Virgiane, assim como boa parte dos brasileiros, enfrentou a pandemia como um dos maiores desafios. Teve de enfrentar o nascimento se sua filha em meio à pandemia de COVID-19. “Tive covid com oito meses de gravidez. Então, para mim, ali era a pior notícia da minha vida, porque quando eu descobri, não tinha sequer vacina ainda. Ninguém sabia de nada e faltava um mês para ela nascer. Tive problemas no fígado e tive que ser tratada em casa”.

Ela conta que após o nascimento tranquilo de sua filha, ela se prontificou a voltar a trabalhar, pois não conseguiria deixar o atual secretário de estado, Deusdete Queiroga, sozinho “Aqui é uma carga muito grande mesmo. O trabalho não para. Eu consegui conciliar muito bem”.



Grandes obras com responsabilidade

Ao entrar na secretaria executiva em 2019, Virgiane conta que se deparou com um caso que marcou o início da sua graduação. A barragem Camará, que havia rompido em 2004, não tinha passado por nenhum serviço ainda “Esse foi um grande projeto que a gente iniciou na época. O canal Acauã-Araçagi também tinha sido licitado, mas a obra não tinha sido iniciada. Então eu acompanhei todo o processo de licitar a supervisão e o gerenciamento da obra”. Ao todo foram sete convênios com o Governo Federal para obras com adutoras.

Com obras orçadas em mais de um bilhão, a secretária executiva acompanhou todo o desenvolvimento e planejamento dos procedimentos licitatórios “Foi bem desafiador, porque para mim tudo era muito novo e eram grandes obras”. Apesar das obras terem sido bem marcantes, Virgiane enfatiza que o maior desafio que enfrentou profissionalmente foi quando o Governo do Estado estava pleiteando um empréstimo junto ao Banco Mundial entre 2014 e 2015.

“Eu me lembro que em uma sala aqui eu preparei uma apresentação para doutor João [Azevêdo]. Aí eu preparei a apresentação e ele me colocou no comando da mesa para apresentar a uma comitiva do Banco Mundial”. Com a exigência de um ponto focal de interlocução no momento da reunião principal com a comitiva, ela relata que o atual governador olhou e apontou para ela “Está vendo aquela moça ali? Ela quem vai ser o ponto focal do governo junto ao Banco Mundial. Ali eu senti o peso da responsabilidade”.

Tratar com organismo internacional envolve trabalhar com especialistas do

mundo inteiro, além de órgãos ligados ao governo, como Cagepa e AESA. “E até hoje estou na coordenação. Mas hoje eu tenho mais dois grandes empréstimos internacionais que o governo firmou e está firmando”.

Com o primeiro desafio quando ela ainda estava na gerência, atualmente compreende e absorve os desafios com a tranquilidade que lhe é comum. “O pessoal até brinca aqui: ‘como é que você consegue não surtar?’. Mas é que não adianta se estressar, gritar. Tem que parar, sentar. Se perder o juízo é pior. Eu sempre digo: ‘Se eu surtar, quem é que vai fazer? O trabalho não vai continuar aí para fazer de todo jeito? Não tem como fugir”.

Acostumada a trabalhar, ela conta que quando está tranquilo demais, ela sente falta. Pela tranquilidade e foco no trabalho, ela conta que consegue separar bem os problemas familiares dos profissionais “Quando meu pai estava muito doente, eu sentava nessa cadeira aqui e focava, sabe? Depois fora daqui eu me preocupava”. Com uma família tranquila, apoio familiar e a melhora do seu pai, sua vida tem estado crescendo, junto com sua vida profissional e os desafios do porvir junto ao Governo do Estado.

“Aqui é uma carga muito grande mesmo. O trabalho não para



FOTOS: JULIO CEZAR PERES

Educar, um compromisso para vida

O entendimento da educação como potência transformadora atravessa toda a experiência da reitora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Célia Regina Diniz, segunda mulher na história a ocupar o cargo da instituição.

Texto: Maria Beatriz Oliveira



Célia Regina Diniz

“**E**u vim para a gestão porque tive, em primeiro lugar, a oportunidade. Isso não acontece com todas as pessoas e, principalmente, não acontece com todas as mulheres”, é o que declara Célia Regina Diniz quando questionada sobre sua trajetória até tornar-se a atual reitora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Apesar de ser natural do Rio de Janeiro, onde seu pai, mestre de obras, e sua mãe, costureira, viveram por 20 anos em busca de melhores condições de vida, a reitora enxerga-se como uma paraibana.

Cinco anos após o nascimento de Célia, a segunda de quatro filhos, a saudade de casa incomodou e a família voltou para casa, menos o pai, que permaneceu trabalhando na capital carioca e, posteriormente, no Recife. “Minha mãe nos criou praticamente sozinha. Por isso, ela tinha muito medo de deixar a gente sair na rua, mesmo assim eu não parava quieta. Adorava cantar, participava de todas as peças na escola, jogava bola, fazia de tudo”, lembra.

Além do pai, o tio de Célia também era construtor e, assim, ela cresceu visitando canteiros de

obras e construções, algo que, ao concluir o ensino médio na Escola Cidadã Integral Técnica Dr. Elpídio de Almeida, mais conhecida como Estadual da Prata, atraiu Célia para, no vestibular, tentar cursar Engenharia Civil. “Eu sempre gostei dos números, mas, na realidade, quando entrei na Prata, eu tirei zero na minha primeira prova de química. Aquilo me desafiou, eu comecei a estudar mais e a gostar da matéria o que, ao final, me fez optar pelo curso de Engenharia Química”.

Após a graduação, feita no que é, atualmente, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Célia retomou seu interesse pela área da construção civil, ingressando em um mestrado focado em Engenharia Sanitária e Ambiental. Foi nessa mesma época, em 1994, que a reitora iniciou sua história com a UEPB, tornando-se a primeira engenheira a incorporar o Departamento de Enfermagem da instituição.

Início da trajetória

“Eu entrei na UEPB através de um programa de professor visitante e, quando eu cheguei, fui logo para o Departamento de Química Industrial, mas lá só estavam interessados em contratar doutores. Por sorte, uma professora conheceu o meu projeto que relacionava saneamento básico com a saúde, achou interessante e me deu a oportunidade que eu precisava. No entanto, aquilo me instigou a continuar estudando e eu fiz doutorado em Recursos Naturais também na UFCG. Em 2001, quando abriu o concurso para docente da Universidade Estadual da Paraíba, fui aprovada em primeiro lugar para lecionar o componente Saúde Ambiental”, relata a reitora.

Hoje, Célia relembra o período de docência como uma das suas maiores realizações profissionais. “Lecionar sobre saúde ambiental era algo que me fazia muito realizada. Eu podia apresentar o que um meio ambiente insalubre pode trazer como efeito deletério para a população”.

Contudo, a vida em sala de aula não duraria muito já que, em 2004, Célia foi convidada por Marlene Alves, então reitora da UEPB, para ser pró-reitora adjunta de planejamento. Um ano mais tarde, Marlene nomeou Célia como sua chefe de gabinete.

Ainda na gestão de Alves, foi também pró-reitora de administração, cargo no qual permaneceu durante nove anos.

“A liderança foi algo que veio surgindo após eu precisar assumir os desafios que me eram propostos. Quando assumi a Pró-Reitoria de Planejamento,

nunca tinha exercido nenhum cargo de chefia na universidade, não fui coordenadora de curso, não fui chefe de departamento, então tive que aprender muito por onde passei, com os desafios e com as pessoas que tive a oportunidade de conhecer. A partir daí, vieram as características de líder”, explica Célia.

Gestão da universidade

Antes de finalmente chegar à reitoria da UEPB, Célia ainda passou pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas já durante o mandato do ex-reitor Rangel Júnior. Em 2020, ao término da chefia de Rangel, a engenheira foi a escolhida para sucedê-lo. Porém, o momento, que indicava ser de transição, foi o mais desafiador no comando da universidade devido à pandemia de Covid-19, algo que, de início, a assustou.

“As pessoas que acreditavam no projeto de uma universidade pública de qualidade e próxima da comunidade acharam que eu deveria assumir a reitoria. Eu confesso que tive muito medo porque grandes desafios nos dão medo, não tenho receio nenhum em dizer isso. Me tornar reitora durante a pandemia foi uma situação muito desafiadora, eu diria que a parte mais difícil foi continuar oferecendo serviços de excelência sem colocar em risco a vida das pessoas”, recorda a gestora.

No entanto, Célia logo notou que os momentos mais desafiadores também podem ser aqueles de maior crescimento. A pandemia instigou a gestão a procurar soluções que, de outra forma, demorariam anos para serem implementadas na academia. Além de buscar orientações da Secretaria de Saúde Municipal, implantar postos de vacinação dentro dos oito campus da UEPB e dar celeridade ao ensino remoto, a Universidade Estadual da Paraíba tornou-se a primeira



universidade do Brasil a oferecer ao estudante o chamado “Auxílio Conectividade” com valor de mil reais mensais para a compra de equipamentos de comunicação pela internet.

Ainda em janeiro de 2021, apenas um mês após ser empossada no cargo, a reitora também implantou um sistema administrativo completamente online, o que tornou os processos da UEPB mais sustentáveis. “O Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) permite despachar as demandas na internet e de qualquer lugar do mundo. Também facilita uma maior transparência nas ações da universidade, sem falar na preocupação ambiental, já que, atualmente, não consumimos praticamente nada de papel”, detalha Célia.

Inclusão

A professora é apenas a segunda mulher na história da UEPB a assumir a reitoria e, no ano passado, foi reeleita para mais um quadriênio à frente da instituição. Em seu discurso, ao ser reconduzida ao cargo, Célia mencionou o orgulho de gerir uma universidade que é referência em inclusão. Mas, segundo ela, ainda há muito a ser feito.

“Quando eu ainda era pró-reitora de Gestão de Pessoas, apresentamos ao Conselho Universitário uma resolução para os cargos de gestão da UEPB serem ocupados em 50% por mulheres. Como falei, elas precisam ter uma oportunidade, só por isso eu consegui chegar aonde estou hoje. Além disso, implantamos uma política de cotas que precisa ser mais bem consolidada”, afirmou.

Ampliar as políticas de inclusão da universidade é apenas um dos objetivos principais da reitora para a sua próxima gestão, iniciada em janeiro deste ano. Passada a pandemia, o foco agora se volta para angariar recursos e ampliar o orçamento disponível para a instituição.

Planejamento

Atualmente, a UEPB está, de modo físico, em nove cidades paraibanas. Ao todo, são mais de 20 mil alunos e quase dois mil docentes estudando presencialmente, sem falar nos cursos de ensino à distância.

Para Célia, a prioridade durante o quadriênio será atualizar a Lei de Autonomia da Universidade, criada em 2004 e que confere à UEPB autonomia administrativa, didático-científica, patrimonial e de gestão financeira. “A Lei precisava ser revisada a cada dois anos, mas nunca foi. Quando ela foi

aprovada, nossa universidade era de um tamanho, hoje já aumentou o dobro do que era. Então iremos trabalhar junto aos nossos sindicatos docente, técnico e administrativo para atualizar esse regimento e apresentá-lo ao Governo do Estado”.

Além disso, a reitoria pretende conservar o olhar atento para que os estudantes que ingressem na universidade permaneçam na academia até o final da graduação. “É necessário fortalecer a política de permanência através de bolsas de pesquisa e extensão, por exemplo. Mesmo sendo um espaço público e gratuito, todo aluno tem despesas. Por isso, estamos sempre dialogando com os órgãos de fomento para conseguirmos melhorar nossa assistência estudantil”, pontuou a reitora.

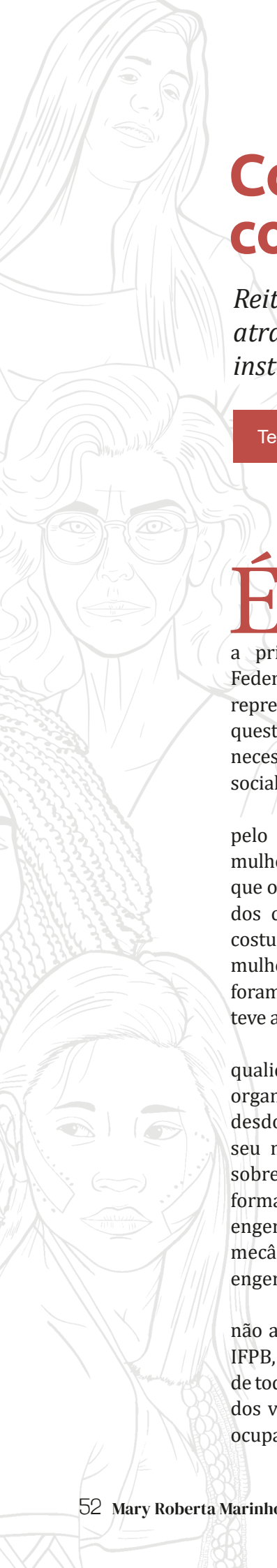
A infraestrutura da UEPB também é um ponto que demanda melhorias da gestão. A Central Acadêmica Paulo Freire, em Campina Grande, é o espaço com a maior concentração de cursos e aulas e, tendo sido inaugurada em 2012, já apresenta indícios iniciais de desgaste. O plano da reitora é dar ao prédio novos revestimentos e cobertura.

Os locais de pesquisa e desenvolvimento científico também receberão melhorias. O Núcleo de Tecnologias Estratégicas em Saúde (Nutes) deve adquirir uma nova sede para seus laboratórios ainda em 2024.

“Temos que revestir o que chamamos de complexo laboratorial Três Marias, além de aprimorar nossos laboratórios de farmácia e de análises clínicas. O Departamento de Educação Física (DEF) recentemente recebeu a pista de atletismo, mas ainda precisa de vestiários novos, uma nova sala de dança e uma reforma no ginásio. Há muito o que fazer, a UEPB é um espaço enorme e que atende milhares de pessoas da Paraíba e do Brasil, por essa razão precisamos de um orçamento tão grande quanto ela”, constatou Célia.

Por último, outra preocupação assumida pela universidade é a de ser promotora da cultura regional e popular paraibana. O Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP), administrado pela UEPB, tem se tornado, nos últimos anos, celeiro da arte produzida na Rainha da Borborema e em todo o estado.

Eventos como o Comunicurtas, festival audiovisual que exhibe e difunde filmes e vídeos de curta e longa-metragem locais, regionais, nacionais e internacionais das áreas de cinema, jornalismo e publicidade, também demonstram a sensibilidade da administração de Célia e da sua vice-reitora Ivonildes da Silva Fonseca em tornar o espaço acadêmico algo muito além de um ambiente para desenvolvimento profissional, mas um local culturalmente rico, inclusivo, acolhedor e que devolve qualidade de vida às pessoas que vivem em seu entorno.



Conhecimento e disciplina como meta de vida

Reitora do IFPB, Mary Roberta tem como desafio atrair um maior número de mulheres para a instituição de ensino

Texto: Marcella Alencar

É costume creditar mulheres que alcançaram grandes feitos, a exemplo de Mary Roberta, que se tornou a primeira mulher reitora do Instituto Federal da Paraíba. Tratá-la como sendo representativa de mudanças relativas às questões de gênero é um lugar comum ainda necessário, tendo em vista nosso contexto social repleto de ambiguidades.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Movimento Pessoas à Frente, as mulheres possuem maior grau de instrução que os homens, porém ocupam apenas 42% dos cargos de chefia no setor público. O costume deveria ser tratar com naturalidade mulheres em posição de poder, entretanto foram mais de 100 anos em que a instituição teve apenas homens em papéis de liderança.

A atual reitora do IFPB tem qualidades excepcionais. Centrada e organizada, a vida de Mary Roberta desdobrou-se sistematicamente tal qual seu modo tranquilo e pontuado de falar sobre seu percurso acadêmico. “A minha formação é toda verticalizada na área da engenharia”. Realizou curso técnico em mecânica e em seguida graduou-se em engenharia mecânica.

Na sua carreira, conseguiu, inclusive, não apenas ser eleita a primeira reitora do IFPB, mas também a com o maior percentual de toda a história da rede federal, com 93,4% dos votos válidos. Desde abril de 2022, ela ocupa o referido cargo, é querida pelos

alunos e alunas, com os quais se preocupa, e luta obstinadamente para que todos e todas tenham iguais oportunidades.

Não é de se espantar a votação, pois os estudantes puderam vislumbrar seu percurso de reitora quando atuou, de 2010 a 2014, como pró-reitora de ensino da mesma instituição. Por ser acessível e tranquila, colaborou com a expansão do instituto. “Eu tive uma conjunção de fatores que me ajudaram nessa votação. Quando você vem trabalhando numa expansão como a gente trabalhou para a implantação de todos esses campus, junto com uma equipe muito boa, não é difícil ter um resultado positivo”. Ela explica que a equipe a ajudou a obter os resultados durante seu percurso até a reitoria.

Sertaneja de Patos e a mais nova dos irmãos, mudou-se para João Pessoa para estudar na Escola Técnica com 15 anos em 1984 e logo após ingressou na universidade. Quando terminou seus estudos, trabalhou no Distrito Industrial de Manaus e depois ajudou a implantar uma universidade em Tocantins, que atualmente é a Universidade Federal de Tocantins. Além disso, também trabalhou como professora na Universidade Regional do Cariri (URCA) antes de retornar à Paraíba de vez.

Nascida em 1967 e filha de Severino Marino da Silva e Célia Meira Marinho, durante sua infância enfrentou algumas secas e a separação de seus pais.



Mary Roberta Marinho

FOTOS: EVANDRO PEREIRA

Seu pai, no entanto, não exercia a paternidade com tanto vigor. “Hoje em dia a gente vê que, quando se separa, fica uma semana com cada responsável. Mas naquela época era mais comum ele aparecer quando a gente estava doente”.

A parentalidade sempre foi algo mais cobrado entre as mulheres. Sua mãe, como rede de apoio, ajudou-a com seus dois filhos, mas ela compreende que isso não é o cenário para todas as mães. “A mulher arrisca menos do que os homens, até pela rede de apoio e a percepção que se tem deles. Vamos dizer que um homem vá trabalhar em Manaus e os dois filhos ficam aqui na Paraíba com a mulher, todo mundo vai achar bacana. Mas, no caso da mulher, não é a mesma coisa”. Ela explica também que há uma carga mental a mais para as mulheres, principalmente para aquelas que já tem filho.

“A mulher arrisca menos do que os homens, até pela rede de apoio e a percepção que se tem deles. Vamos dizer que um homem vá trabalhar em Manaus e os dois filhos ficam aqui na Paraíba com a mulher, todo mundo vai achar bacana. Mas, no caso da mulher, não é a mesma coisa”

Teve como um de seus exemplos mais fortes o imaginário do seu avô por parte de mãe — na época já falecido —, que era caminhoneiro, mas trabalhava como construtor de máquinas. “Ele era mecânico ferramenteiro. Construía máquinas do algodão para montar. Trazia peças lá de São Paulo”. E o outro exemplo era o de sua mãe, professora de geografia que trabalhava em diversos horários para dar conta das demandas cotidianas.

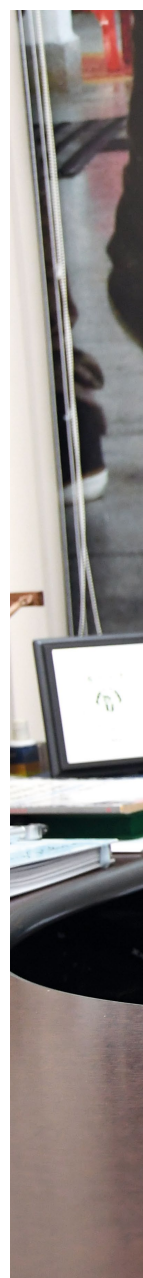
Meninas para as Ciências

Sobre a época em que ingressou na Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), Mary Roberta conta que havia apenas cinco meninas nas turmas. “Eram cinco turmas e tinham apenas cinco mulheres. E depois ficaram só duas. Eu e Sayonara, que hoje é médica”. A mudança social vem pelo exemplo, com a percepção de representatividade da mulher em espaços de gestão. Mas também deve existir a preocupação em relação à inclusão de mulheres em todos os espaços.

Durante seu percurso formativo, ela conta que não sentia tanto, de forma explícita, o preconceito. “Às vezes o que eu sentia era aquela preocupação, o chamado ‘cuidado’ porque é mulher. Até porque já na minha época eu lembro que tinha já uma professora, chamada Verônica, no curso de engenharia mecânica, então já era um exemplo”. Além disso, ela acredita que o fato de nunca ter tido dificuldade para resultados acadêmicos fazia com que os professores não tivessem receio de atribuir atividades “pesadas” a ela.

Mesmo tendo sido uma profissional de excelência durante sua carreira, ela relata um caso em que sofreu sexismo de maneira mais explícita. “Na época em que fiz o concurso da Petrobrás, eu passei na parte da prova. Mas, quando fiz a entrevista, eu acabei não passando adiante. Depois, já com colegas engenheiros, conheci pessoas que participaram daquele processo seletivo e soube que eles tinham preferência por homens e não por mulheres”. Parte do preconceito vem da ideia do “cuidado”, citado por ela, que é comum ao tratar mulheres por considerarem-nas mais frágeis. “Muitas vezes eles acham que é perigoso mulheres estarem ali, por exemplo”. O perigo, no entanto, é não compreender que as mulheres podem e devem ter igualdade nas relações.

Com o propósito de mudar a percepção que se tem de mulheres em determinados espaços, na instituição em que Mary é reitora, existem políticas de inclusão que buscam mitigar parte desses problemas. Atualmente,



há uma política de inclusão que destina um terço dos cargos de gestão para as mulheres e o programa Meninas para as Ciências no campus de João Pessoa. Além disso, existe a preocupação em discutir a proteção da comunidade LGBTQIAPN+.

Apesar dos avanços em relação às últimas décadas, Mary explica que, assim como a história, os avanços também são cíclicos. “Houve uma melhora do acesso de mulheres em algumas engenharias.

Mas, de uns cinco anos atrás até mais recentemente, houve uma redução de presença de mulheres nas engenharias”. De acordo com ela, é possível que isso tenha ocorrido diante dos problemas políticos relativos à polarização, por exemplo. “A gente observa isso nas matrículas e também em diálogo com outras instituições”, comenta ela. No entanto, Mary trabalha diariamente no intuito de que as mulheres possam acessar à instituição com naturalidade.





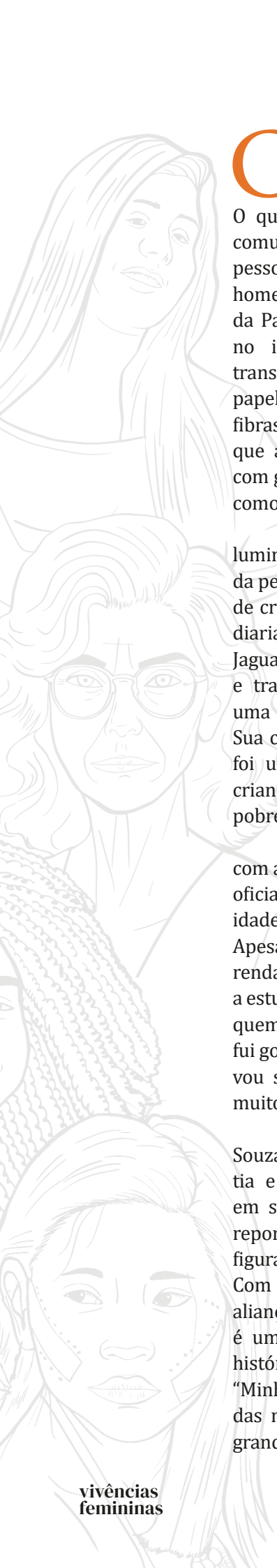
FOTOS: ROBERTO GUEDES

Socorro Souza

Transformando a vida com arte e criatividade

Artesã produz peças de artesanato utilizando elementos naturais e reaproveitando materiais diversos

Texto: Marcella Alencar



Casca de banana, espada-de-são-jorge, casca de cebola, cana-de-açúcar, carnaúba, capim-elefante. O que esses materiais orgânicos têm em comum? A criatividade sem fim da artesã pessoense Socorro Souza. Ela foi uma das homenageadas do 39º Salão de Artesanato da Paraíba, que aconteceu em João Pessoa no início do ano. Sua habilidade em transformar quase tudo em papiro, ou seja, papel artesanal, por meio de diferentes fibras é um dos diferenciais do seu trabalho, que a fizeram, inclusive, realizar projetos com grandes designers de renome nacional, como Sérgio Matos.

Com orgulho, Socorro mostra uma luminária de papiro e explica cada detalhe da peça, que faz parte de um acervo enorme de criatividade que a artesã tem e fomenta diariamente na sua casa-ateliê no bairro de Jaguaribe. Além das fibras que ela cozinha e transforma em papel, ela também usa uma cola natural, que advém do quiabo. Sua criatividade e personalidade expansiva foi uma necessidade que adquiriu desde criança para sobreviver a uma infância pobre e perpassada de dificuldades.

Desde criança, Socorro trabalha com artesanato, mas nunca foi sua profissão oficial. “Comecei com menos de 10 anos de idade e já vendia lembrancinha de bebê”. Apesar de sempre ter o artesanato como sua renda extra, sua mãe a incentivou desde cedo a estudar. “Eu tinha uma tia enfermeira, para quem eu ia levar a comida. Aí eu fui vendo e fui gostando, né? Quando eu cresci, eu disse: vou ser enfermeira. E minha mãe insistia muito para a gente estudar para virar gente”.

Filha de Maria Luísa da Silva Souza, dona Socorro cresceu tendo sua tia e sua mãe como figuras importantes em sua história; sempre relembra para a reportagem a importância que essas duas figuras femininas tiveram em sua vida. Com sua tia, Creuza Tavares, ela fez uma aliança. “Eu falo nela e só falto chorar, pois é uma confiança pura e genuína”. Com a história de sua mãe, também se emociona. “Minha mãe faleceu em 2020, bem no dia das mães só para chatear”. Uma das suas grandes incentivadoras de vida e de obter

conhecimento, pois seria algo que alguém nunca tiraria na vida. “Uma vez quando eu era criança e estava vendendo umas coisas, uma colega disse: não olhe pra cá, você é pobre. Você nunca vai ter nada na vida”. Ao contar sobre isso para sua mãe, foi incentivada a continuar estudando e produzindo, pois o que ela aprendia não poderia ser roubado. E assim o fez. Com isso, aprendeu também a nunca desmerecer o trabalho de ninguém.

Apesar das diversas dificuldades que passou ao longo da vida, conseguiu criar três filhos, e um deles tornou-se artesão e trabalha com ela até hoje. “Eu criei meus filhos dando plantão e fazendo trabalho de artesanato para conseguir fechar as contas”, conta a enfermeira aposentada e artesã de múltiplas habilidades. Socorro trabalhou durante 37 anos depois que se formou em 1984 pela Universidade Federal da Paraíba. Fez concurso e escolheu atuar no Complexo Hospitalar Arlinda Marques, em Jaguaribe, na capital do estado.

Jornada tripla

Cuidar da casa, do trabalho como enfermeira e ter o artesanato como segunda renda foi um percurso comum para ela. “Quando eu chegava em casa, mamãe chamava doente ou minha tia corria para um lado e para o outro. Antes de começar a trabalhar com fibra, eu fazia bonecas para vender, eu fazia de tudo, lembrancinha também, cartão, convite de aniversário, casamento”. Socorro conta que parte do que produzia aproveitava para vender nos intervalos do trabalho no hospital.

Acostumada com a correria, nunca esteve parada e sempre manteve sua rotina organizada. Na sua casa, cada etapa do artesanato e cada cômodo configuram uma etapa do processo artesanal diário. “Não gosto de trabalhar em lugar bagunçado”, explica. Acostumada com lidar com diversas coisas de uma vez, no entanto, ela conta o alívio que foi no dia em que conseguiu se aposentar como enfermeira.

“O primeiro sonho, que para muita gente parece ser tolo, mas era meu primeiro sonho de vida: era poder sentar. Quando eu

cheguei em casa e sentei, eu chorei. Mas foi de emoção por poder parar”. Apesar do descanso necessário que conseguiu quando se aposentou em 2021, Socorro Souza sonhava em se dedicar ao artesanato. Não queria parar e se sentir frustrada. “Tive colega que se aposentou e ficou frustrada. Então eu planejei minha vida de aposentada”. Como se aposentou durante a pandemia, ela conta que naquela época pegou encomenda de fazer mil máscaras para uma associação do Rio Grande do Norte. “Eu fazia de dez em dez, porque se fizesse tudo de uma vez sem organização, eu ia ter um infarto”, brinca a artesã, que tem o humor como uma de suas características fortes.

A organização como característica também foi algo imposto pela vida na jornada tripla. “Eu dizia para os meus filhos: a bailarina leva a vida na ponta dos pés, eu levo a vida na ponta do lápis”. Desde cedo aprendeu a ter autonomia e assim continuou mesmo no período em que foi casada. “Eu só queria casar quando estivesse trabalhando, eu não queria pedir, como acontece com outras mulheres, para comprar sutiã, calcinha”. A autonomia surgiu desde sua infância quando ainda fazia seus próprios brinquedos.

Além de artista, a artesã também desenvolveu outras habilidades. Fez judô, foi atleta de handebol, fez dois anos de jiu jitsu e ainda procura outras atividades para não ficar parada nunca. No artesanato, Socorro cresceu com ajuda do Sebrae desde 2002. Por ter amplo conhecimento no artesanato, ajudou a atual gestora do Programa de Artesanato da Paraíba (PAP) a catalogar algumas tipologias, também deu cursos e fez outros voltados ao artesanato.

Conhecendo os processos artesanais, a artesã ressalta a importância de valorizar o trabalho. “As pessoas têm que entender que tem muito trabalho envolvido. Cada um tem sua família para dar conta. Não importa se você faz crochê, cerâmica. Todos têm muito valor, mas muita gente não sabe a quantidade de trabalho que tem ali porque só vê a peça pronta”.

Herança na ponta do lápis e na feitura do papel

No 39º Salão de Artesanato, as encomendas e vendas superaram as expectativas. Com tudo anotado e catalogado, Socorro conta com cooperação e trabalho contínuo de seu filho Rafael Souza, que também virou artesão. “Eu cresci vendo minha mãe fazer todo tipo de artesanato. Mas eu foco na produção do papel e de cartografia”. Por mais que ele quisesse ajudar, sua mãe

não o deixava trabalhar para que ele pudesse focar nos estudos.

“Eu aprendi a fazer papel com ela. Aprendi de verdade mesmo em 2016. Produzi muitas flores, luminárias, convites com ela”, conta o artesão Rafael, que se dedica também à feitura de mapas. Dona Socorro conta o orgulho que tem do seu filho e de toda a sistemática de produção que ambos montaram para fazer o que precisa. O tempo de secagem do papel, o tempo necessário para produzir 2 mil flores são coisas que já viraram automáticas na rotina de ambos.

Além disso, Socorro relata que, na época em que sua mãe, Maria Luísa, esteve doente e que ela precisou dedicar sua energia e dinheiro para aquela situação, seu filho foi capaz de manter as contas da casa em dia com a dedicação exclusiva ao artesanato. Com orgulho, ela explica que eles já sabem o ritmo necessário para o trabalho.

Com isso, Socorro Souza deixa uma herança muito maior que qualquer dinheiro pode fornecer: o conhecimento, que a ela foi muito caro e que compartilhou junto a seu processo sistemático de organização de um artesanato diferenciado de produção de papel 100% orgânico e manual.



Escritora demonstra satisfação com a vida profissional

Integrante da Academia Paraibana de Letras, a autora campinense decidiu desde muito cedo que queria seguir o caminho das palavras

Texto: Maria Beatriz Oliveira

FOTOS: JULIO CEZAR PERES



Elizabeth Marinheiro

Antes de Elizabeth Marinheiro todos os integrantes da Academia Paraibana de Letras/APL foram aclamados, ou seja, ela representa não só a primeira mulher a ingressar na APL mas também, a primeira eleição ocorrida na Casa Coriolano de Medeiros. O fato se deveu ao convite, em 1980, formulado pelos escritores Afonso Pereira e Juarez da Gama Batista. Sua resposta foi “preciso pensar”.

Como todos os domingos, eu e meu esposo João Marinheiro visitávamos o ministro-acadêmico José Américo de Almeida, já que veraneávamos na avenida Cabo Branco, resolvi pedir a opinião do Ministro pois morava em Campina Grande e a APL era sediada em João Pessoa. O Ministro respondeu literalmente: “inscreva-se, será a primeira eleição registrada na APL e a senhora será a primeira mulher a ter ingresso nela”.

Aceitei a opinião do imortal e no dia 2 de maio de 1980, após 39 anos desde sua fundação, diante de um auditório pequeno que levou muitas pessoas a terem que esperar o fim da solenidade do lado externo da APL, assumi o assento de número 20 e fui recebida pelo desembargador Mário Souto Maior.



Um ano antes, Elizabeth havia sido reconhecida pela Academia Brasileira de Letras/ABL com dois prêmios em concurso nacional: “A Bagaceira, uma Estética da Sociologia/Prêmio Silvio Romero e o Prêmio José Veríssimo com a obra “Vozes de uma Voz”,

Hoje, aposentada da UFPB e da UEPB, Marinheiro não abandona o ato de escrever e mantém uma coluna no Jornal A UNIÃO, às sextas-feiras. “Todas as vezes que fui premiada, conforme diplomas na parede e troféus na estante, mestrado, doutorado na PUC-RS e pós-doutorado em Madri (Espanha), nenhuma conquista me fez realizada, a expressão é muito narcisista, portanto prefiro dizer sou satisfeítíssima, Graças a Deus”.

Vida Profissional

Pode ser dificultoso separar o trabalho de uma escritora de sua vida pessoal, uma vez que desde a infância, Elizabeth já sabia que venerava a literatura. “Muito cedo decidi que queria o caminho das palavras. Aos nove anos de idade, li “A Moreninha” de Joaquim Manoel de Macedo e encantada com o enredo consolidou-se meu nível de leitura”.

Filha de Agripino Agra e Marié Figueiredo Agra, Elizabeth Figueiredo Agra Marinheiro nasceu na Rainha da Borborema, no povoado conhecido atualmente como Santa Terezinha. Da infância idílica passada no sítio para a adolescência em Campina Grande estudou no Ginásio Alfredo Dantas e no Colégio Estadual da Prata.

“Fui da primeira turma da Prata; o colégio havia sido recém-inaugurado, matriculei-me no ensino médio que, à época correspondia aos cursos clássico e científico e preferi o clássico voltado para as ciências humanas. Em seguida, fui fazer a graduação em Letras Neolatinas, na Faculdade de Filosofia do Recife”, conta a escritora. Essa mudança não foi bem aceita por alguns familiares e colegas que tinham preconceitos com as jovens que iam estudar fora de Campina. “Enfrentei preconceitos morais, mas nunca importantizei a opinião pública, inclusive existe um ditado da sabedoria antiga que diz: “opinião pública a gente come com farinha”. Aceito essa locução parcialmente porque o homem, em sendo um animal social, não pode, nem deve desprezar, stricto sensu ou lato sensu, a sociedade. Animava-me o “enxerimento” que sinalizava e sinaliza a ousadia de desejar aprender sempre, pois o Conhecimento além de veloz é infinito”, narra Elizabeth.

Concluída a graduação em Recife, ela volta para Campina, ministrou aulas na Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNE), Universidade Regional do Nordeste (URNE) e, finalmente Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Aprovada em concurso, assumiu a disciplina Teoria Literária na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. Em ambas as Universidades foi Elizabeth quem exerceu e implantou Teoria e Crítica Literária no elenco curricular.

Reconhecendo que o Conhecimento é ilimitado, Elizabeth mantém a convicção de que a pesquisa e a leitura são indispensáveis na vida diária. Mesmo tendo sido professora visitante na Universidade do Porto (Portugal), comunicadora no Centro Iberoamericano de Cooperação, em Madri (Espanha) e professora convidada do Instituto de Educação de Londres (King's College), onde ministrou aulas sobre Cordel e Literatura contemporânea brasileira, ela entende que escrever é um constante desafio diante do papel branco e da caneta como diz Carlos Drummond de Andrade "Nós seremos sempre o escritor daquilo que não conseguimos escrever" (Roland Barthes).

Porém, o estar em busca do saber um pouco mais não é cobrança pessoal pois para ela nada é perfeito; "se já fui perfeccionista já não o sou, vou escrevendo como uma tartaruguinha, largo o rascunho, redijo outros, fecho tudo e espero outros momentos".

Amores e dores

O desejo de crescer espiritual e intelectualmente motivou-a certa subtração no lazer e no convívio social pois, para ela, a leitura lhe causava maior prazer. Consequentemente, teve poucos namoros, noivou, casou como médico João Marinheiro (embora perseguida por "papagaios de pirata", diz ela).

Tem duas filhas: Lizanka Paola e Tulenka Paola. E "sua dor mais doída foi, é e será a perda do seu filho Marinheirinho, de forma prematura, aos 17 anos de idade.

"A escrita será sempre meu poder: continuo colaboradora do Jornal A UNIÃO, às sextas feiras, tenho editado vários livros, procuro evitar prolixidade, citações inócuas, excesso adjetivo et caterva".

Após a edição da obra *Motivações*, Elizabeth objetiva elaborar o segundo volume de sua autobiografia.

Minha mensagem é tríplice: agradecer a Deus o existir, incentivar a leitura aos jovens e reconhecer que o maior poder é o do saber. Esta tríade inclui o amor de Carolina e Augusto (Macedo) e o "Braços dados ou não, somos todos irmãos" (Vandrê).



Mulher das letras e da arte do fazer

A escritora ressalta a importância das experiências vividas em suas obras, critica o etarismo do mercado editorial brasileiro e demarca o crescimento no número de escritoras mulheres

Texto: Marcella Alencar

FOTOS: EVANDRO PEREIRA



Maria Valéria Rezende

“Foi feito por mim. Eu ia para o ferro velho, catava as coisas, depois ia ao serralheiro e mandava soldar aqui, soldar ali”, conta Maria Valéria Rezende apontando para uma mesinha no seu terraço repleto de plantas. Questionada se ela mesma montava os móveis, explicou que, há cerca de dez anos, idealizava algumas peças e, com ajuda de serralheiros, soldava e montava alguns móveis.

Sabe bem quais os processos necessários para restaurar peças com ferrugem: passar zarcão, lixar, pintar. “Agora faz uns dez anos que eu parei de dirigir porque perdi a visão do olho esquerdo e no outro tenho uma catarata inoperável”. No entanto, a criatividade flui com facilidade. Perfilar peças de ferro ou ideias para livros fez parte do seu mundo desde criança. A feitura dos móveis provavelmente é herança da família. “Minha mãe era uma escultora, fazia de tudo. E meu avô também”. A literatura também é coisa de família, pois era comum ler e escrever em meio ao seu cotidiano. Ela não queria ter nascido em outra família, atesta.

Com oito anos de idade, trabalhava com serra circular. “Desde pequena que eu fui treinada e autorizada a fazer o que eu bem quisesse em termos artísticos. Meu avô era artista plástico, fotógrafo e era restaurador de antiguidades. Eu fazia cerâmica, joias,

pintava, desenhava. Eu desenhei muito, illustrei todo material que eu fazia para a educação popular. Fazia cartazes, porque eu fui educada assim”. A liberdade deu-lhe o gosto de viajar pelo mundo com um olhar mais aberto e atento. Com os cadernos de anotações que tem desde a década de 70, registrava tudo que via pelo caminho.

Não é difícil encontrar a história de Maria Valéria na internet, mas mesmo assim ela reconta e dialoga abertamente com todo mundo que a procura. É provável que uma parte de sua disposição de narrar sua trajetória venha ao reconhecer que há sempre uma nova visão que pode ser agregada às histórias contadas. “Se você ler um livro e depois daqui a alguns anos ler de novo, a gente é outra pessoa. Então o livro fica diferente também, porque o bom livro, a boa literatura precisa do leitor”. Recontar sua história, então, equipara-se ao processo literário de falar da vida a partir de outras perspectivas.

De família paulista e mineira, nasceu em Santos, litoral de São Paulo. Tornou-se freira, ligada à Cônegas de Santo Agostinho, trabalhou como educadora popular, fez parte da Oposição Sindical Metalúrgica Clandestina, escrevendo livretos de leitura fácil e fluida para metalúrgicos no extremo da Zona Leste de São Paulo. “Com a repressão militar, era tudo clandestino. Eu fazia resumos, o pessoal levava para as fábricas e colocava em cima da caixa de descarga”. Por conta do seu engajamento, teve que se ausentar do Brasil.

Durante muitos anos de sua vida, principalmente na Ditadura Militar, viu o mundo, anotando situações pelas quais passava. “Minha ‘viação’ foi quase sempre por organismos de cooperação internacional. Às vezes pela minha congregação para certas coisas. Servia de tradutora para a congregação”.

Era conhecida como alguém que falava várias línguas e que não tinha medo de nada. “Eu dei quatro voltas ao mundo sem nunca pagar uma passagem e nem nunca ficar em um hotel. Sempre na casa dos nativos. Por isso eu vi o mundo e não queria outra vida. Com muitos problemas, claro, com algum sofrimento também”. O caráter antropológico de sua fala revela também como trabalhou o olhar para traduzir culturas por meio do que viveu em suas viagens, transformando-as em literatura por meio do seu olhar.

“A literatura é importante por isso. Ela me faz conhecer mais o mundo, a realidade e os outros. Eu escrevo a partir da minha vida”. Com a memória cheia de histórias que precisam ser colocadas no papel,



ela explica que a literatura se faz importante porque cada um de nós vê o mundo de ângulo distinto e a literatura colabora em uma percepção mais ampla da vida. “É preciso receber a visão do mundo do outro. A boa literatura precisa do leitor. Eu sempre digo que a gente sabe o que tem nas linhas, mas o que está nas entrelinhas é o leitor que diz”.

A escritora paraibana

Calcada nas experiências, fez-se escritora em João Pessoa, lugar onde resolveu estabelecer morada. “Eu sou paraibana e não é por acaso. Eu escolhi. Olha, onde é que eu vou encontrar outro lugar onde você passa o ano inteiro entre 22 e 32 graus, não faz mais ou menos calor que isso, e com uma densidade cultural que não encontro em lugar nenhum, proporcionalmente falando?” Maria Valéria brinca que de cada três paraibanos, dois são artistas. “O terceiro ainda não descobriu que é”.

Assim como muitos fatos de sua vida, ser escritora não foi algo tão bem planejado. Ler e escrever já eram seu cotidiano, assim como o ativismo político.

“Meu primeiro livro não foi exatamente uma decisão minha. Eram cartas que eu escrevia para a minha avó. E aí começava a inventar a história de fulano de tal com o pouco que sabia dele e com o muito que eu inventava. Eu datilografava e guardava”.

A primeira vez que morou na Paraíba, foi um pedido que fez ao então nomeado bispo, Dom Marcelo de Carvalheira. “Queria voltar para o campo. Naquela época, 70% da população do Nordeste vivia no meio rural, e era onde eu desejava atuar como educadora popular”. Foi nesse contexto que em 1976 a autora mudou-se para Pilõesinhos, Brejo do estado e atuou junto ao Serviço de Educação Popular (Sedup) de Guarabira. Vez por outra, ela conta, ia a João Pessoa, pois sentia falta da praia.

Por sempre trabalhar com educação popular, a escritora manteve a preocupação de fazer uma literatura situada. “Na educação popular, eu tento fazer que meus personagens pudessem ler os livros e entender. O que eu escrevo é porque vi, porque fui lá. E por que eu fui lá? Por causa do meu engajamento, por causa da minha decisão de estar ao lado do povo e ajudar a romper com a opressão e a exploração do povo trabalhar”.

A preocupação de não estar no trono da fundadora ao elaborar projetos e tornar-se dispensável é uma grande satisfação para ela. “Olha, eu vejo os meus meninos, jovens do meio rural, que eu puxei para trabalhar comigo nos projetos e estimei a estudar e hoje estão se aposentando como professores, doutores de universidades. Esse negócio que eu sempre fiz: ajudar a formar e entregar, sumir e desaparecer”.

Viveu escapando, como ela mesmo fala, por entre as cidades do Nordeste e do mundo. No início dos anos 2000, estreou como autora de ficção literária. “Leia meu livro *Vasto Mundo*, que é todo inspirado pelo que via pela janela da minha casa”, recomenda a escritora, falando da sua primeira obra. Ela, no entanto, pondera que não escreve sobre sua vida. “Eu não escrevo da minha vida. Eu escrevo a partir da minha vida, porque minha cabeça nasceu vazia. Tudo que sai é porque entrou”.

Por seus romances, a escritora paraibana já ganhou três prêmios Jabutis. Atualmente a escritora já tem mais de 20 livros publicados. No entanto, ela continua precisando dar vazão a todas as histórias que possui. “Precisam ser colocadas no papel”. Com um pouco mais de dificuldade, continua a escrever, readaptada à realidade da baixa visão. “Agora eu estou aprendendo a fazer assim: eu tenho um programa de computador que você fala e ele escreve. Meus amigos adaptaram para mim uma televisão de 40 polegadas para me servir de monitor, aí tem uma CPU com todos

meus HDs velhos. Então eu joga todo o texto na tela e vou fazendo a limpeza. De 30 páginas, sobram 10”.

Com 82 anos de idade, a escritora tem outros livros no prelo que pretende publicar. “Eu acho que já vi e vivi mais coisa do que deveria. Estou com 26 anos de prazo de validade vencido. 26 anos. Quando eu nasci, a expectativa de vida era de 56 anos para as mulheres. Posso me queixar não”. Compreendendo que faz parte do processo de envelhecer e das mudanças socioculturais, Maria Valéria explica que já teve diversas mudanças nas maneiras de escrever.

Ela reconhece as dificuldades que a idade traz, mas também que essas surgem diante de um contexto social etarista. “A gente vai ficando velha e ficando mais cara e lenta, não é?” Então, sua fala lança luz à um tema importante dentro de estudos das ciências sociais, por exemplo.

Influências do etarismo

Ao falar sobre suas viagens e de seus prêmios, ela conta que se arrepende de não ter feito doutorado no exterior. Embora tenha sido uma escolha pessoal não tê-lo feito, ela fala que talvez os caminhos tivessem sido economicamente outros. “Agora eu só tenho uma aposentadoria de velhinha do INSS abaixo do teto. Não é fácil, não. Direito autoral não paga tanto e, mesmo ganhando premiação, apenas uma porcentagem fica conosco”.

Por sua postura contra um sistema pautado exclusivamente no marketing, ela pontua duas questões importantes: a predominância do eixo Sul-Sudeste no mercado editorial e o etarismo que existe na sociedade. “Entre o meu livro, da velhinha lá de longe que ninguém conhece, e o grande autor... Quem vai financiar a velhinha? Se você não aparecer em São Paulo, Rio, na grande imprensa, você não existe”.

A concepção de que – principalmente – a mulher com idade mais avançada possui limitações que a excluem de diversos segmentos sociais configura um tipo de preconceito específico: etarismo, ageísmo ou idadeísmo. Esses são modos de conceituar a discriminação contra a população idosa, a qual se pauta em uma série de estereótipos negativos em relação às pessoas mais velhas, diminuindo as possibilidades das relações intergeracionais e do compartilhamento de perspectivas de vida.

O Brasil passa pelo fenômeno da “feminização do envelhecimento”, relacionado ao fato de que há mais mulheres do que homens na população idosa. Pesquisas indicam que as mulheres passam por mais dificuldades ligadas à idade que os homens, pois



começam a ser consideradas velhas demais antes que eles, sofrendo um duplo prejuízo: por serem mulheres e por serem velhas. E, no caso de Maria Valéria Rezende, por escolher permanecer no Nordeste.

As pressões dentro do mercado editorial, diante dessa realidade, são colocadas de uma maneira distinta. Embora não tenha abordado esses tópicos diretamente, a maneira pela qual a autora critica o modelo que o marketing e a internet modificaram os livros traz à tona questões importantes, como a ideia de ser mulher e ser velha na literatura. “Agora escrever um livro parece que virou um berloque indispensável na vida de qualquer famoso, mas o marketing é mais importante do que qualquer conteúdo. Eu não tenho condições de entrar nesse meio. Não quero e não vou fazer isso”.

Crise das masculinidades

Sobre o mercado editorial, Maria Valéria Rezende ainda ressalta que houve mudanças. “O mercado editorial hoje em dia não é tão masculino”. Ela aproveita para lembrar um grande movimento do qual foi fundadora em 2017, o Mulherio das Letras. O movimento surge e continua como um coletivo feminista que reúne diversas mulheres de todo o país que fazem parte da cadeia produtiva do cenário literário: editoras, pesquisadoras, livreiras e ilustradoras.

É perceptível que, com o levante feminista não só na literatura, mas em diversos meios, os

homens entraram em crise. “Os homens estão em crise. Já fiz até uma lista dos livros escritos pelos homens que relatam a decadência masculina. Eu estou até com pena”. Ao tratar sobre a chamada crise da masculinidade, ela pontua ainda o mal que o machismo faz para os homens. “Eu acho que os meninos são muito maltratados pelos outros meninos. É aquela competição para ver quem é mais macho”. Com a reconfiguração das relações sociais e da posição do homem na sociedade, há maior participação de mulheres na vida pública e no campo do trabalho, o que leva à decadência da identidade masculina hegemônica.

Sobre sua percepção feminista da vida, a escritora relembra um fato importante. “Quando eu era adolescente, convivi muito com Patrícia Galvão, a Pagu. Eu lembro que ela me disse: nunca deixe homem nenhum mandar em você. De fato. Nunca deixei homem nenhum mandar em mim. E mandei em muitos”. As equipes de alguns projetos que participou, por exemplo, eram majoritariamente compostas por homens nos quais ela mandava.

Perguntada se não havia problemas ou discriminação, ela acrescenta: “Não é que não teve problema. Teve. Só que eu não me deixo afetar”. Isso se deve muito à história de sua família. Com mulheres fortes ao redor, ela sabia que ser mulher não a diminuía em nada. Como um conselho final, a escritora recomenda de forma espirituosa: “Nunca deixe nenhum homem mandar em você. E, se puder, para a salvação dele, mande nele”.

Usando o conhecimento como meio de transformação

Professora e pesquisadora divide o seu tempo entre atividades de preservação da memória cultural e do Programa de Artesanato da Paraíba (PAP)

FOTOS: ROBERTO GUEDES

Texto: Priscila Perez

Nada mais emblemático do que uma mulher que tanto fez pela preservação da memória cultural da Paraíba estar à frente do Museu Casa de José Américo, instituição dedicada ao escritor, político, sociólogo e ex-governador paraibano José Américo de Almeida. Mas a trajetória de Janete Lins Rodriguez vai muito além da gestão da casa onde viveu esse ícone. Geógrafa, professora e pesquisadora, ela construiu uma carreira marcada pela dedicação ao ensino, pela produção de conhecimento e pelo compromisso irrefutável com o patrimônio do estado.

Ao olhar para trás, Janete, no auge de seus 78 anos, enxerga na educação sua maior motivação. Foi a paixão pelo ensino que moldou sua trajetória como docente e pesquisadora. Desde menina, gostava de brincar de professora, um prenúncio da vocação que definiria sua vida. Nascida no bairro Cruz das Armas, em João Pessoa, cresceu em um ambiente onde o conhecimento era valorizado, mas talvez tenha sido sua posição como irmã mais velha que a levou, instintivamente, a ensinar. Filha de João Azêvedo Lins e Maria Aldira Pereira Lins, é a primogênita de três irmãos — Bráulio e João Azêvedo, atual governador da Paraíba.

Não por acaso, seu primeiro contato com o magistério veio cedo: antes mesmo de obter o diploma em



Janete Lins Rodriguez

geografia, já lecionava em escolas particulares e fazia o “pedagógico”, como ela mesma chama. “E, desde então, eu nunca mais deixei a sala de aula. Depois, fui ser professora de escola, monitora do Instituto de Educação, que funciona até hoje”, conta. Aos 18 anos, ingressou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde se graduou em licenciatura e bacharelado em geografia por volta de 1968. Dali em diante, o ambiente acadêmico tornou-se seu habitat natural, tanto que não demorou muito para atuar como monitora da disciplina geografia regional ao lado do professor Gerard Prost.

Mas sua juventude também foi marcada por tempos difíceis. Quando concluiu a graduação, o país vivia um de seus períodos mais sombrios — a Ditadura Militar — e a UFPB não ficou imune às perseguições políticas. Janete viu muitos de seus professores serem expulsos do Brasil, entre eles Gerard, seu antigo orientador. “E eu o substituí”, relembra. Foram anos turbulentos, mas essas adversidades não a impediram de fincar os pés na universidade e construir mais um capítulo de sua trajetória acadêmica. Permaneceu na UFPB como professora substituta até ser aprovada no concurso, garantindo assim seu lugar no corpo docente.

Enquanto atuava no ensino superior, a jovem Janete Lins também lecionava na Escola Normal de Santa Rita, da qual foi uma das professoras fundadoras. Dividia seu tempo entre a docência e a orientação educacional no Serviço das Escolas Primárias Integradas (SEP), um convênio firmado entre as Secretarias de Educação da Paraíba e de Minas Gerais. Já na década de 1970, fez uma escolha importante: deixou o ensino estadual para dedicar-se integralmente à universidade. Foi nesse período que começou a desenvolver pesquisas sobre urbanização e produção do espaço, temas que mais tarde dariam origem às suas publicações mais relevantes. Como professora efetiva da UFPB, ampliou sua atuação pouco a pouco, ministrando disciplinas para diferentes cursos — de engenharia a economia —, consolidando seu nome como referência dentro e fora da universidade, mas o futuro reservava a ela muito mais do que a sala de aula.

Nos anos seguintes, Janete Lins expandiu ainda mais sua atuação acadêmica. Seu olhar atento para as transformações do território paraibano a levou ao mestrado em geografia urbana, concluído na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sua dissertação, *Acumulação de capital e produção do espaço: o caso da Grande João Pessoa*, aprofundou a reflexão sobre como o desenvolvimento urbano refletia as estruturas de poder e a concentração de

riqueza, tornando-se uma referência nos estudos sobre a dinâmica socioeconômica da capital paraibana. Publicado em 1980, o estudo marcou o início de uma série de livros, incluindo *João Pessoa – Crescimento de uma capital* (1982), escrito em coautoria com Martine Droulers.

Embora seu nome já estivesse consolidado na geografia, outros desafios estavam por vir — e um deles a levaria para bem mais longe de casa. No início da década de 1990, Janete foi convidada a integrar um projeto no recém-criado estado do Tocantins, que havia se separado de Goiás e, por conta disso, ainda não contava com material didático próprio. Sua missão era ambiciosa, como ela bem lembra: além de lecionar na Universidade Estadual do Tocantins, deveria escrever um livro didático sobre o território. “Eu tive tanto a função de ensinar quanto a de conhecer o Tocantins. Viajei pelo estado inteiro, de norte a sul”, relembra Janete. Durante um ano e três meses, a paraibana dividiu-se entre João Pessoa e Tocantins, viajando de um estado a outro para ministrar aulas, coordenar pesquisas e acompanhar de perto a história de Tocantins.

E, como toda mulher de fibra, mesmo casada e com três filhos, Janete conseguiu conciliar o trabalho com a rotina da família. “Se me perguntassem o que meus filhos estavam vestindo, eu sabia. Quando saía de casa, deixava todo o esquema pronto, do alimento do dia até os horários”, conta com orgulho. Ao final dessa jornada, a universidade insistiu para que ela continuasse por lá, mas, como bem relembra, acabou recusando o convite. “Estava cansada daquela vida”, admite.

“É um trabalho apaixonante para mim. Primeiro, porque eu gosto, mas também porque tenho uma origem dentro do artesanato”

Apesar do cansaço, o resultado de seu esforço foi inegável: o livro, publicado pela Editora Ática, foi adotado por todas as escolas estaduais de Tocantins, chegando à quarta edição. Além disso, sua expertise em geografia levou-a a coordenar a produção de atlas geográficos para todos os estados do Nordeste.

De volta à Paraíba, sua trajetória na educação continuou a pleno vapor. Com a mesma dedicação com que analisava o território paraibano e refletia sobre suas dinâmicas, produziu uma série de materiais para a educação básica, desde atlas até coleções escolares. Por esse compromisso com o conhecimento, ela foi reconhecida, em 1997, com premiações do Ministério da Educação — dois diplomas e uma medalha — e Diploma de Honra ao Mérito, concedido pela Assembleia Legislativa da Paraíba. Já no ano seguinte, conquistou ainda o Diploma de Menção Honrosa na 13ª Noite da Cultura, conferido pelo presidente do Conselho Estadual da Cultura.

Viúva, mãe de três filhos e avó de seis netos, Janete Lins Rodriguez chega a 2025 orgulhosa das conquistas que acumulou ao longo de quase oito décadas de vida — e ainda mais esperançosa em relação ao futuro. Como professora, além da UFPB, também lecionou, entre 1999 e 2002, no Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) e, desde 1994, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Já como autora, assinou artigos científicos, relatórios de pesquisa e livros, com destaque para *Acumulação de Capital e Produção do Espaço* e *João Pessoa — Crescimento de uma Capital*. Em sua bagagem, ainda carrega muitas obras, como *Conhecendo o Tocantins*; *Atlas Geográfico da Paraíba*; *Atlas Escolar da Paraíba*; *Mapeamento Cultural da Paraíba*; e a coleção *Fazendo e Aprendendo — Geografia*, entre tantas outras.

“Aposentada” das salas de aula, ela segue firme na missão de preservar a cultura paraibana. Diretora do Museu Casa de José Américo e figura ativa no Programa de Artesanato da Paraíba (PAP), tem dedicado os últimos anos à valorização do patrimônio cultural do estado. Seu envolvimento com o PAP começou em 2011, quando passou a integrar a curadoria do projeto. De lá para cá, o artesanato tornou-se um novo caminho para Janete manter-se envolvida com o que mais gosta — a educação. Seu amplo conhecimento sobre a Paraíba a levou, no ano passado, a assumir o cargo de presidente da curadoria desse programa. “É um trabalho apaixonante para mim. Primeiro, porque eu gosto, mas também porque tenho uma origem dentro do artesanato. Minha mãe era artesã — costurava, bordava, tricotava, projetava e pintava. Então, sempre tive esse contato”, conta.

Por tratar-se de um ofício majoritariamente feminino, ela sabe bem a importância de fomentar essa atividade. Por isso, tem se dedicado ao desenvolvimento de programas que ampliam o acesso das mulheres à produção de renda, como o Renda-se, realizado em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. “Ele encoraja, valoriza e oferece a noção de pertencimento cultural desse ofício, além de salvaguardar e preservar os saberes e as tradições das rendas brasileiras”, reforça.

É esse olhar cuidadoso e conectado à história da Paraíba que fez Janete assumir a direção do Museu Casa de José Américo, onde se dedica a preservar o legado de um dos maiores nomes da literatura e da política paraibana. Para ela, independentemente de onde esteja, o trabalho será um só: fazer do conhecimento um instrumento de transformação.



20 Anos Conectando Pessoas a Grandes Oportunidades



A Paraíba Property (Creci 1038-J), imobiliária de tradição familiar, foi fundada pela empresária e corretora de imóveis Giuliana Benevides Martins junto aos filhos, Igor Martins Cunha (empresário) e Ana Vanessa (advogada).

Comemorando 20 anos de atuação em João Pessoa, capital da Paraíba, a empresa se destaca em uma das regiões mais encantadoras do Nordeste Brasileiro, conhecida internacionalmente por suas praias paradisíacas, águas cristalinas, clima tropical agradável o ano inteiro e por ser o ponto mais oriental das Américas, onde o sol nasce primeiro.

Reconhecida pela sua credibilidade e excelência, a Paraíba Property é especializada na intermediação de compra, venda, aluguel e administração de imóveis, além de atuar com permuta de áreas e empresas. Conta com parcerias estratégicas com as melhores e mais conceituadas construtoras da Paraíba e do Nordeste, participando diretamente do desenvolvimento imobiliário da região.

Com um atendimento exclusivo e personalizado, a Paraíba Property tornou-se referência no fechamento de grandes negócios, especialmente para clientes internacionais, em grandes Salões Imobiliários na Europa, Estados Unidos e Canadá. A empresa se consolidou como parceira do investidor estrangeiro, compreendendo suas particularidades, objetivos e aspirações ao investir no Brasil.



 (83) 99302-7071

 (83) 3031-8481

 @imobiliariapbproperty

 www.paraibaproperty.com.br

 Av. Cabo Branco, 1278, Cabo Branco- João Pessoa, PB



8 DE MARÇO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

MKT EPC

EPC + MULHER

+ VOZ!
- ALGOZ!



+ JUSTIÇA!
- VIOLÊNCIA!

+ REAÇÃO!

- COAÇÃO!



+ ANÚNCIO!
- SILÊNCIO!



+ OPORTUNIDADE!
- DESIGUALDADE!



EMPRESA PARAIBANA
DE COMUNICAÇÃO

VOCÊ, AUTOR PUBLICADO

marketing EPC

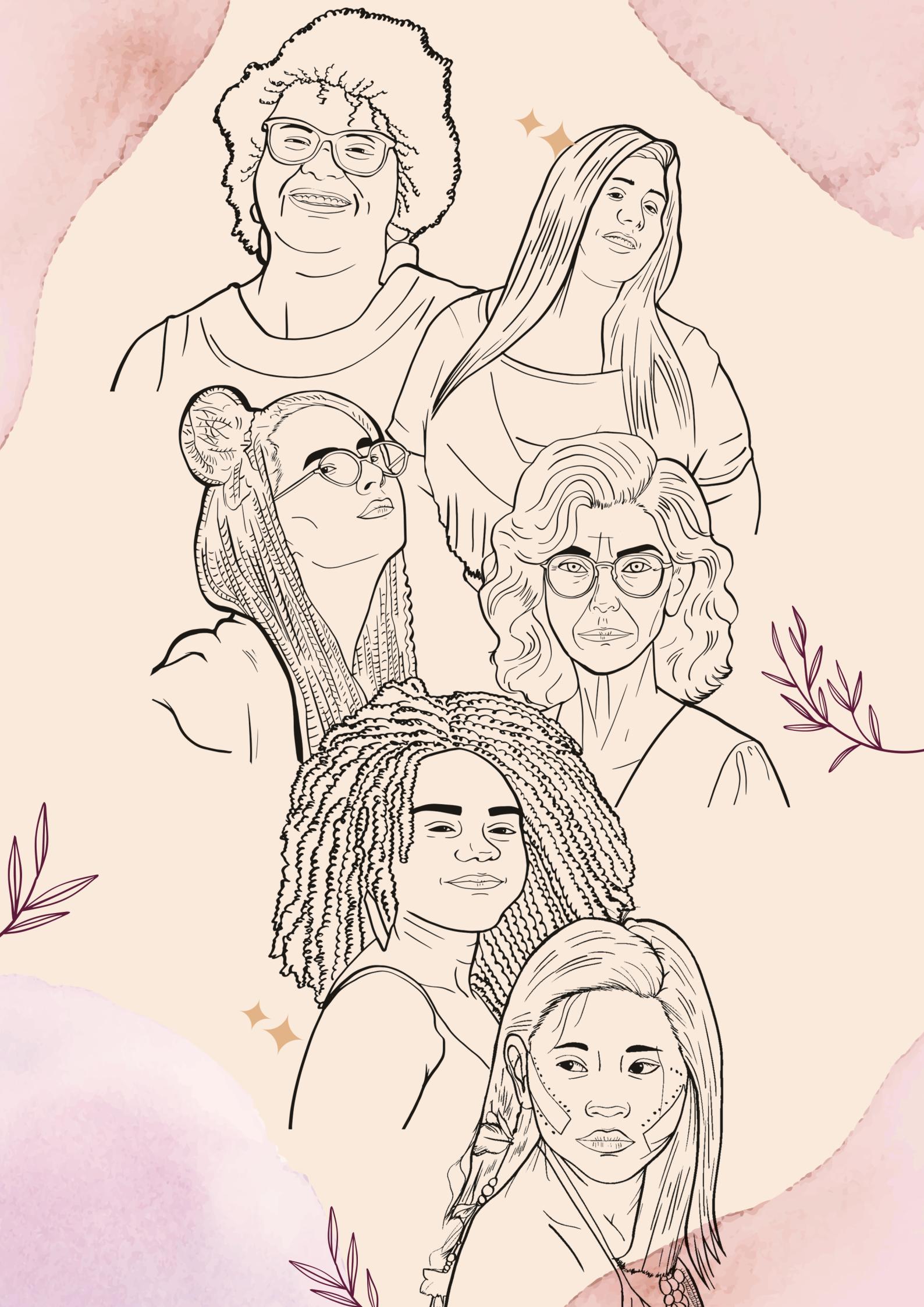


Junte-se ao melhor da literatura paraibana.
Publique seu livro na **Editora A União**.

Da avaliação do original, passando pela edição, revisão, diagramação, até finalizar com a impressão, realizamos o trabalho completo de transformação do seu texto em obra e, claro, de você em autor publicado.

Entre em contato e agende uma conversa:
(83) 99363-7083







**GOVERNO
DA PARAÍBA**



EDITORIA
A UNIÃO



EMPRESA
PARAIBANA DE
COMUNICAÇÃO